

**Seminário
Cais das Artes**

Cais de todos

OEI

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura





**Seminário
Cais das Artes**

Cais de todos

OEI

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura





Seminário Cais das Artes

OEI

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Cultura



A entrega do Cais das Artes inaugura uma agenda que valoriza a cultura como parte essencial do nosso projeto de desenvolvimento. Um novo momento para o Espírito Santo; trata-se de mais do que a conclusão de uma obra.

Com cerca de 30 mil metros quadrados de área, o Cais é um equipamento concebido como um centro de arte, educação e convivência, aberto democraticamente a todos os públicos e conectado aos circuitos culturais nacionais e internacionais. Sua arquitetura, integrada à paisagem da Baía de Vitória, reafirma o compromisso de dialogar com a cidade, de valorizar o espaço público e de aproximar as pessoas da cultura.

O Cais das Artes é um símbolo. Símbolo de uma visão que entende a cultura como infraestrutura, capaz de gerar oportunidades, fortalecer identidades e impulsionar o desenvolvimento dos territórios. Ao mesmo tempo, este é apenas o começo. O Cais não se encerra em sua estrutura física. Ele se realiza, de

fato, a partir do uso, da ocupação e da participação da sociedade. É um espaço em permanente construção, um equipamento cultural vivo, aberto à diversidade de expressões e conectado à criatividade do povo capixaba.

O Cais das Artes também será um espaço de circulação e de encontro entre diferentes linguagens e territórios culturais. Ambiente capaz de receber grandes atrações nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que valoriza e projeta a produção artística capixaba em todas as suas dimensões. Combinação que amplia horizontes, fortalece a identidade cultural do estado e cria novas oportunidades para nossos artistas e para toda a cadeia da economia criativa.

Nosso compromisso é fazer do Cais das Artes uma plataforma de convergência entre cultura, educação, inovação e economia criativa. Um ambiente que estimule a formação, que valorize talentos, que atraia novas iniciativas e que, finalmente, amplie

oportunidades para todos, ao mesmo tempo em que projeta o Espírito Santo para todo o Brasil e o mundo nos circuitos das artes.

O estado tem demonstrado que é possível crescer com planejamento,

equilíbrio e visão de longo prazo. Ao entregar o Cais das Artes, reafirmamos que o desenvolvimento também se constrói com cultura, com espaços que inspiram, que conectam e que projetam o nosso estado para o futuro.

Ricardo Ferraço

Governador do Estado do Espírito Santo



Em um contexto marcado por desafios sociais, ambientais e econômicos cada vez mais complexos, a cultura afirma-se como um eixo estratégico do desenvolvimento sustentável. Repensá-la como infraestrutura significa reconhecê-la como política pública essencial, capaz de integrar os desafios modernos, orientar investimentos e produzir coesão social, inovação e fortalecer o sentimento de pertencimento nos territórios.

Nesse sentido, os equipamentos culturais deixam de ser apenas espaços de fruição para se consolidarem como plataformas de convergência entre políticas públicas, formação cidadã e economia criativa. Quando articulados a estratégias de educação, inclusão produtiva e participação social, esses equipamentos ajudam a desenhar um novo pacto institucional para o setor cultural, conectando Estado, sociedade civil e iniciativa privada em torno de objetivos compartilhados.

A economia criativa, mais do que um setor produtivo, constitui um

vasto campo de inovação social e econômica. Dados recentes do Estudo de Impacto Econômico da Lei Rouanet, produzido por MinC, FGV e OEI, indicam que apenas em 2024, mais de 89 milhões de pessoas participaram de projetos culturais patrocinados por esse incentivo, tendo movimentado mais de R\$ 25 bilhões na economia brasileira. Esses números evidenciam o impacto concreto da cultura na dinamização econômica, especialmente em contextos urbanos que demandam soluções integradas e sustentáveis.

É nesse horizonte que o Seminário Cais de Todos, realizado no Cais das Artes, em Vitória (ES), propôs uma reflexão qualificada sobre o papel dos equipamentos culturais na transformação dos territórios. Com a participação de gestores, especialistas e integrantes da sociedade civil, o Seminário aprofundou a reflexão sobre como os equipamentos culturais desempenham papel transformador nos territórios, além de destacar a importância de modelos de gestão que articulem planejamento, cooperação,

participação social e sustentabilidade, pilares que sustentam experiências de sucesso no Brasil e no exterior.

O Cais das Artes emerge, assim, como símbolo dessa integração: um laboratório público de políticas culturais, cidadania e sustentabilidade,

alinhado ao presente do estado do Espírito Santo e voltado ao futuro. Ao articular criação artística, participação social e gestão pública inovadora, o equipamento pode se consolidar como referência para o Brasil e o mundo, demonstrando que investir em cultura é investir em desenvolvimento.

Rodrigo Rossi

Diretor e Chefe da Representação da OEI no Brasil



A cultura, em sua potência máxima, não é um adorno, tampouco um elemento periférico das políticas públicas. Ela constitui a base material e simbólica sobre a qual projetamos o futuro, ativamos redes de cooperação, fortalecemos vínculos comunitários e ampliamos as possibilidades de participação cidadã na vida pública. Nesse sentido, pensar a cultura é também pensar os caminhos do desenvolvimento, da democracia e da construção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes.

É a partir dessa convicção que nasce a publicação Cais de Todos, que reúne e amplia as reflexões desenvolvidas no Seminário homônimo que congregou gestores públicos, artistas, pesquisadores e representantes da sociedade civil para refletir sobre os múltiplos futuros possíveis para o Cais das Artes. O encontro foi concebido como um espaço de diálogo e escuta, reunindo diferentes perspectivas sobre o papel de um equipamento

cultural estratégico para o Espírito Santo e para o país.

Este livro investiga, portanto, a vocação de um espaço cultural como o Cais das Artes, questionando de que maneira ele pode se afirmar como uma plataforma de convergência entre políticas públicas, formação cidadã, inovação cultural e gestão participativa.

Mais do que um registro de ideias, esta publicação é um convite à imaginação política e à construção coletiva. Ao colocar em diálogo diferentes perspectivas, ela reafirma a importância de processos participativos e colaborativos na definição dos rumos das políticas culturais. Nesse sentido, o Cais das Artes se projeta como um verdadeiro laboratório vivo de experimentação, escuta e criação compartilhada.

Convidamos o leitor a mergulhar neste diálogo, que é, sobretudo, um convite

à construção coletiva de um país que seja, verdadeiramente, de todos. Um lugar aberto à diversidade cultural, ao

protagonismo social e à construção conjunta de soluções que fortaleçam a cultura como um direito fundamental.

Raphael Callou

Diretor-Geral de Cultura da OEI



É com grande entusiasmo que acompanho a consolidação das atividades do Cais das Artes, um equipamento monumental que, para além de sua relevância arquitetônica, nasce como um marco para a economia criativa, a cultura e, fundamentalmente, para a educação do Espírito Santo. Como gestora pública e cidadã capixaba, é gratificante ver este espaço, fruto de um esforço contínuo iniciado em 2019, converter-se em um centro pulsante de oportunidades e de desenvolvimento humano.

Na Secretaria da Educação (Sedu), atendemos cerca de 200 mil estudantes em todo o Estado. Um terço dos alunos do Ensino Médio já está inserido na educação profissional e técnica, o que demonstra nosso compromisso com a formação integral e com a preparação para o mundo do trabalho. Para muitos jovens, trabalhar não é uma opção futura, mas uma necessidade imediata. Sem qualificação, o risco é permanecerem em ocupações de baixa remuneração e com pouca perspectiva de

crescimento. A educação profissional surge, portanto, como instrumento concreto de transformação social, ampliando horizontes e abrindo caminhos para o empreendedorismo e para a inserção qualificada.

O Cais das Artes representa o ambiente ideal para essa integração entre cultura, formação técnica e desenvolvimento econômico. Ao articularmos esse equipamento às ações da Sedu, em parceria com a Secretaria da Cultura, a OEI e a Fundação Roberto Marinho, damos um passo estratégico ao viabilizar cursos técnicos voltados às artes e à economia criativa. A celebração do memorando de entendimento para a criação de um curso técnico vinculado diretamente ao Cais simboliza essa visão inovadora: a escola conectada a um dos mais importantes centros culturais do País.

Nossa expectativa é que o Cais das Artes se consolide como um verdadeiro laboratório de talentos, onde estudantes possam aprender, criar, experimentar e empreender.

Mais do que um espaço físico, ele se afirma como uma política pública viva, capaz de integrar cultura e educação,

gerar oportunidades e fortalecer o protagonismo juvenil no Espírito Santo.

Andréa Guzzo Pereira
Secretária de Estado da Educação



O Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos reuniu gestores públicos, especialistas de todo o país, fazedores de cultura, artistas e sociedade civil em torno de uma reflexão necessária: reconhecer a cultura como infraestrutura estratégica para o desenvolvimento dos territórios e decidir, coletivamente, o que queremos para o maior equipamento cultural do Espírito Santo. Ao organizarmos agora o catálogo que registra essa experiência, reafirmamos um compromisso essencial: transformar o debate em política pública estruturante.

Pensar a cultura como infraestrutura é compreendê-la como parte fundamental da base material e simbólica da vida social. Equipamentos culturais não são apenas espaços de fruição artística; são territórios de encontro, plataformas onde diferentes políticas públicas podem se cruzar e se fortalecer. Neles, educação, inovação, meio ambiente e desenvolvimento social encontram terreno fértil para dialogar. Ao ativarem redes de cooperação e cadeias produtivas criativas, esses espaços movimentam

trabalho, renda e pertencimento, consolidando novos pactos institucionais para o campo da cultura.

O Cais das Artes se insere nesse horizonte como símbolo e oportunidade histórica. Mais do que uma obra arquitetônica emblemática, ele se projeta como um laboratório vivo de políticas públicas culturais. Um espaço onde Estado e sociedade civil podem experimentar caminhos, construir soluções compartilhadas e testar modelos de gestão, sustentabilidade e participação social capazes de inspirar o Espírito Santo e o Brasil.

Consolidar o Cais das Artes como laboratório público de cultura, cidadania e sustentabilidade é, sobretudo, enraizá-lo no presente do nosso estado. É conectá-lo às comunidades, aos territórios e à diversidade que forma a identidade capixaba. Significa abrir suas portas para a formação, para a experimentação e para a inovação, fazendo da economia criativa um vetor real de desenvolvimento sustentável.

O Seminário Cais de Todos marca o início desse percurso. O catálogo

que agora apresentamos é, ao mesmo tempo, memória e horizonte: registro de um encontro plural e bússola para os próximos passos. Seguimos firmes na convicção de que investir em cultura é investir na mais

essencial das infraestruturas: aquela que sustenta identidades, fortalece vínculos e projeta o Espírito Santo para um futuro mais justo, criativo e sustentável.

Fabrizio Noronha

Secretário de Estado da Cultura



Diálogo aberto

Cais de todos

Seminário
Cais das Artes

OEI

The banner features a vibrant, abstract design with geometric shapes in shades of red, orange, yellow, purple, and green. The text is arranged in a vertical column, with 'Diálogo aberto' at the top, 'Cais de todos' in the middle, 'Seminário Cais das Artes' below that, and 'OEI' at the bottom. The banner is illuminated from below, creating a glowing effect.



“O projeto ideal não existe; em cada projeto existe a oportunidade de realizar uma aproximação.”

Paulo Mendes da Rocha

Retomar um projeto é também retomar um horizonte. É voltar a um espaço ainda por construir e permitir que ele seja novamente imaginado, aberto ao tempo e às possibilidades que dele emergem. Entre vigas, vazios e chãos, surgem novas formas de habitar, ocupar e pertencer. Toda retomada é, assim, um gesto de continuidade e de escuta, capaz de abrir caminhos para aquilo que ainda pode vir a ser.

Quando Paulo Mendes da Rocha concebeu o Cais das Artes, projetou mais do que um conjunto arquitetônico. Lançou sobre a paisagem uma ideia de cidade. Museu, teatro e praça, em diálogo com as águas da Baía de Vitória, formam um corpo que não se impõe, mas se integra ao território. O Cais nasce como infraestrutura para a vida coletiva, aberta ao uso, ao tempo e às transformações da sociedade. Após anos de interrupções e diferentes narrativas, retomar o Cais das Artes significou aceitar esse convite original: seguir construindo. Não apenas no plano

material, mas no campo das ideias, dos usos e das relações. Uma construção que ultrapassa o campo arquitetônico e cultural e se afirma como processo social, fundamental para o fortalecimento da identidade capixaba.

É nesse contexto que se estabelece seu primeiro ato.

O Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2025, marca o início desse percurso. Mais do que um encontro, foi um gesto simbólico e norteador. Antes de inaugurar, o Cais escolheu escutar.

Durante dois dias, o Seminário reuniu profissionais de diferentes áreas, vindos de diversas regiões do Brasil e também do contexto internacional, em cinco mesas temáticas que atravessaram questões centrais para a construção do Cais das Artes: Território, Memória e Identidade; Percursos de Pesquisa e Curadoria; Papel Formador dos Museus; Conexão

com a Cidade; e Governança Cultural – entendendo o Cais como espaço de acesso e participação.

As reflexões não se limitaram ao palco. Grupos de Trabalho aprofundaram os temas debatidos nas mesas, ampliando os espaços de escuta e troca. Além disso, foram realizados encontros específicos com moradores do território de Jesus de Nazareth e com professores da Rede Pública de Ensino, reconhecendo esses públicos como fundamentais na construção de um equipamento cultural conectado ao seu entorno e às futuras gerações.

As vozes que constituem o Cais das Artes estavam, portanto, em múltiplos lugares. No palco, no público, nos territórios e nos processos de escuta coletiva. E também através das intervenções culturais que representam expressões da cultura capixaba, reunindo tradição e inovação: o Congo Panela de Barro Goiabeira e o Grupo de Experimentação Sonora da UFES.

Abrir o Cais ainda em obras para receber esse encontro foi um gesto ao mesmo tempo concreto e simbólico. Permitir que as pessoas experimentassem o espaço antes de sua conclusão foi também convidá-las a participar da construção de seus sentidos, usos e possibilidades.

Este primeiro ato define uma direção. O Cais das Artes se propõe como um espaço público vivo, poroso e em permanente construção, comprometido com valores como a democracia, a diversidade, a equidade e a acessibilidade.

Mais do que um início, trata-se de um modo de existir.

Um Cais que nasce junto ao mar e que, como ele, permanece em movimento, aberto às travessias e às múltiplas vozes que fazem da cultura um campo vivo de encontros.

Sejam todos e todas bem-vindas!

Sumário

Cais em Pauta: o complexo cultural

Projeto e Memória	Martin Corullon	26
--------------------------	------------------------	-----------

Cais de Música: quando a orquestra sai da ilha	Helder Trefzger	32
---	------------------------	-----------

Inventar um cais	Clara Sampaio	38
-------------------------	----------------------	-----------

Mesa Temática1

Território, Memória e Identidade

Um território de encontros, encantos, memórias e resistências	Jocelino Tupinikim	46
--	---------------------------	-----------

Território, memória, identidade e espaço	Marcus Vinicius Sant'Ana	52
---	---------------------------------	-----------

Contar, mas também recontar	Isabella Baltazar	58
------------------------------------	--------------------------	-----------

Mesa Temática 2

Percursos de Pesquisa e Curadoria

Museus como espaços de fronteira, Curadorias como zonas de contato	Carolina Rodrigues	66
---	---------------------------	-----------

Arte, Conhecimento e Território: pesquisar a partir da escuta	Marisol Pineda	74
Memória das Artes Visuais no Espírito Santo: invento o cais	Nicolas Soares	82
Cais de Todos: um ensaio sobre escuta, território e desejo	Alex Teixeira	91

Mesas Temática 3

Papel Formador dos Museus: desafios e possibilidades

A relevância social dos museus depende de um educativo forte	Cayo Honorato	101
Espaços de encontros, Espaços de educação	Tatiana Rosa	107
O Cais das Artes como Cais da Educação	João Alegria	113
Da Revisão à Criação: a educação em um novo cais	Nathan Braga	121
Cais das Artes: de quem ensina-aprende		128

Mesa Temática 4

Conexão: Cais das Artes e a cidade

A periferia quer protagonismo	Fredone Fone	138
Uma ponte viva para as periferias	Pandora da Luz	144
Do lado de cá	Kleber Frizzera	152
O Cais das Artes e a cidade em fluxo	Carolina Ruas	160
Entre Mapas e Territórios: quando a escuta se faz ponte		168

Mesa Temática 5

Governança Cultural: o Cais como espaço de acesso e participação

A escuta para a gestão cultural	Nathalia Cunha	180
Reflexões Inclusivas: possibilidades nos museus e centros culturais	Isabel Portella	186
Governança cultural participativa e infraestruturas para a vida	Xiomara Suescún	194
Governança Cultural e Direito à Cidade: Cais das Artes como espaço de acesso e participação	Romulo Gomes	202

Um fazer em curso

Werllen Castro

208

Sobre quem escreve

215

Créditos

221

Programa do Seminário

Diálogo Aberto Cais das Artes

223



**Cais
em Pauta:
o complexo
cultural**

Cais em
Pauta

O Complexo Cultural Cais das Artes

Seminário
Cais das Artes

OEI

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Cultura



RESERVA

Projeto e Memória

Martin Corullon

A minha fala hoje pretende trazer a este evento um depoimento. Como participante do processo de construção deste espaço desde o primeiro esboço, pude acompanhar de perto as primeiras discussões, ainda no campo dos desejos, passando pelas formalizações iniciais, pelo desenvolvimento das ideias e dos projetos técnicos e por todas as discussões geradas – privadas e públicas.

Esse lugar privilegiado de testemunha desta história se deve ao fato de ter colaborado com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha desde 1993, em uma relação profissional que durou quase trinta anos, até o seu falecimento, em 2022.

Nesse período, desenvolvemos juntos diversos projetos, mas, sem dúvida, o Cais das Artes foi um dos mais marcantes. Em 2007, foram iniciados os primeiros estudos, após a iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo de implantar na Enseada do Suá um equipamento cultural público. Em seguida à consolidação das discussões e dos estudos iniciais, o projeto foi desenvolvido tecnicamente de 2008 até o início das obras em 2010.

Em 2006, Paulo Mendes da Rocha recebeu o Pritzker Prize, um importante prêmio internacional que revelou ao mundo a sua obra e amplificou a relevância de sua produção no campo do



O Cais das Artes carrega em sua gênese e em sua formalização um conjunto de questões que, em certa medida, sintetizam a poética e o modo de estar no mundo de Paulo Mendes da Rocha.

pensamento arquitetônico e da cultura em geral. Apesar de ter uma trajetória longa e profícua no Brasil, com obras muito relevantes no campo cultural, como a intervenção na Pinacoteca do Estado de São Paulo, ou o projeto para o Museu Brasileiro de Escultura – Mube, também em São Paulo, o Cais das Artes foi uma oportunidade muito bem-vinda de realizar um primeiro projeto em seu estado natal.

Para além da sua competência e da experiência aportada ao projeto, ligada às memórias de infância em Vitória e a um universo de experiências de vida formadoras da sua subjetividade, essa dimensão afetiva se fez muito presente

no Cais das Artes. Desde as primeiras ideias e ao longo de todo o desenvolvimento do projeto, a natureza, a paisagem, a geografia, a construção humana, o porto, a história, os saberes populares ligados ao mar foram sempre temas recorrentes nas discussões, nas decisões de projeto e na formalização da arquitetura. A suspensão dos edifícios, criando uma grande praça, como um terceiro elemento do conjunto, promovendo a conexão entre o museu e o teatro, entre a cidade e o mar, e entre os edifícios e a paisagem sempre se justificou como uma forma de incorporar a geografia à experiência do visitante. A possibilidade de enquadrar os navios de passagem na baía,

ou de atracar uma pequena embarcação, no canal coberto entre os pilares do teatro e a praça, para acessar o restaurante – que Paulo chamava de “Sagres”, em referência ao tradicional restaurante do centro de Vitória que seu avô frequentava – são todas expressões de suas memórias e de experiências vividas que forjaram uma visão de mundo.

O Cais das Artes carrega em sua gênese e em sua formalização um conjunto de questões que, em certa medida, sintetizam a poética e o modo de estar no mundo de Paulo Mendes da Rocha.

Cabe enfatizar, para finalizar, a emoção de ver a retomada das obras e a proximidade de sua conclusão, após tantos anos de incerteza. Embora o arquiteto Paulo Mendes da Rocha não tenha chegado a viver este momento, sua presença na história da cultura brasileira se atualiza e se eterniza nesta obra.



Cais de Música: quando a orquestra sai da ilha

Helder Trefzger

Acompanho o Cais das Artes desde as primeiras conversas, dos primeiros sonhos, da euforia gerada pela possibilidade de finalmente termos uma estrutura desse porte no Espírito Santo. Vibrei com a promessa de termos um teto digno para a nossa valorosa Orquestra Sinfônica. Participei do concerto, aqui mesmo, durante o lançamento da pedra fundamental. Acompanhei também as frustrações, as idas e vindas, as paralisações e os recomeços. Confesso que, por um momento, cheguei a temer que não veria a obra concluída, ante os impasses surgidos entre o Governo e as construtoras. Mas, com o horizonte que agora se descortina, já imagino esse espaço cheio de vida. Vejo o Cais

das Artes não como um imóvel estático, mas como um coração pulsante, emanando e recebendo saberes, promovendo encontros, diálogos e contribuindo para o enriquecimento, sob múltiplos aspectos, da vida das pessoas.

A música é uma arte sem fronteiras, que dispensa conhecimento prévio e que tem o poder de tocar cada pessoa de modo particular. Ela pode trazer euforia, pode trazer conforto, pode levar à reflexão, pode provocar sentimentos nostálgicos, pode incentivar a seguir em frente, pode impulsionar uma decisão estratégica, pode despertar para uma correção de rota. Ela pode representar uma ferramenta a ser utilizada para melhorar a vida



Vejo o Cais das Artes não como um imóvel estático, mas como um coração pulsante, emanando e recebendo saberes, promovendo encontros, diálogos e contribuindo para o enriquecimento, sob múltiplos aspectos, da vida das pessoas.

das pessoas, inclusive daquelas que vivem em situações de maior vulnerabilidade. Hoje, os projetos sociais no campo da música são uma realidade e têm mudado a vida de milhares de crianças e jovens — e até mesmo de suas famílias.

As orquestras sinfônicas, nos últimos anos, têm abandonado seus casulos e enfrentado novos desafios. Já não basta apresentar um belo repertório em um teatro adequado com todas as condições de acústica e conforto. As orquestras têm saído dessas ilhas e começado a participar mais ativamente da vida fora dos palcos, das questões que afligem a sociedade. O que fazer para ajudar a transformar a vida

das pessoas, principalmente de crianças e jovens? O que oferecer em termos de formação para essa juventude? Como prepará-las para que agarrem as oportunidades para construir um futuro melhor?

No caso das Orquestras Sinfônicas do Espírito Santo (OSES) não tem sido diferente. Há anos a nossa programação é dividida em séries, com características distintas. Além das tradicionais séries de concertos, temos ações mais assertivas como a Série Orquestra nas Escolas, que quebra o paradigma de levar um grupo, antes considerado elitista, às mais diversas comunidades, precisamente àquelas que estão dentro do Programa Estado

Presente, atendendo de forma global cada uma das escolas, na totalidade dos alunos. Com a Série Concertos Didáticos, recebemos alunos de escolas da Grande Vitória e de outros municípios. Além deles, recebemos as pessoas assistidas pelos CRAS, grupos de idosos, pessoas em situação de rua. Temos a Série Famílias, que traz ao teatro ou aos parques, não só crianças, mas incluem pais, avós, amigos, promovendo esses encontros marcados pela afetividade. Temos realizado programas de intensa troca de saberes entre a orquestra e grupos da cultura popular, como o congo, o ticumbi, o caxambu e a parceria com indígenas da etnia Tupiniquim, na Série Concertos Especiais. Já a Série Espírito Santo compartilha a música de concerto com outros municípios. Realizamos, ainda, concertos nos parques, hospitais e espaços alternativos. Desde que começou a parceria com a Companhia de Ópera do ES, participamos da realização do Festival de Música Erudita do ES, que engloba o VOE – Vitória Ópera Estúdio, programa de formação de alto nível não

só para cantores e maestros, mas para todas as áreas que envolvem a montagem de uma ópera. O Festival realiza ainda um Concurso de Canto e tem um núcleo de criação operística que vem posicionando o ES num papel de destaque no cenário nacional.

Hoje, graças a uma efetiva política pública na área da cultura do estado, temos inúmeros grupos musicais, cerca de oito orquestras atuantes, diversas bandas, grupos de jazz e uma infinidade de conjuntos musicais. Temos um programa de ensino de música, Música na Rede, que vem revolucionando o cenário do ensino musical em todo o estado, possibilitando o acesso à formação musical gratuita e de qualidade, revelando novos talentos e criando oportunidades para crianças e jovens, além de ampliar o mercado de trabalho para os músicos.

O Cais das Artes poderá catalisar e potencializar muitas dessas ações e projetos. E outras possibilidades poderão surgir, frutos do diálogo e da

transversalidade entre teatros, museus, orquestras, projetos sociais, cultura popular, literatura etc. Não apenas como uma estrutura física excelente, mas como um polo de criação, realização, discussão, de escuta e interação, que atenda aos anseios de diferentes contextos e interesses.

O complexo Cais das Artes, que engloba o museu, o teatro e também a praça, tem um potencial imenso a ser explorado. No caso da música, inclusive da orquestra, além de termos condições adequadas para realizarmos grandes montagens de ópera e balé, graças ao amplo palco e ao fosso devidamente estruturado, poderemos criar também obras sinfônico-corais de grande porte. Junto a isso, poderemos ir à praça, seja com a orquestra completa, seja com grupos de músicos, dialogar com outras manifestações artísticas, criando novas conexões, interseções entre a música de orquestra e outras manifestações culturais,

valorizando a diversidade e permitindo que mais e mais pessoas tenham acesso a esse universo.

Inventar um cais¹

Clara Sampaio

A mesa “Cais em Pauta: o complexo cultural” propôs um encontro entre diferentes vozes do campo da cultura para refletir sobre os caminhos possíveis para a sustentabilidade dos museus e centros culturais do futuro, tendo o Cais das Artes como centro da discussão e ponto de partida para imaginar novas formas de relação entre arte, arquitetura e sociedade. O debate buscou compreender o papel desses espaços no contexto contemporâneo e de que maneira podem se tornar referências na construção de sociedades mais horizontais, no fomento ao pensamento crítico e na valorização da experiência estética como agente de transformação.

Ao mediar a conversa, quis situar o Cais das Artes, esse equipamento cultural aguardado e desejado ao longo de duas décadas de espera, como mais do que um edifício: uma construção de desejos, uma proposição em aberto. A arquitetura, nesse sentido, só se realiza plenamente quando encontra o programa que a habita e o público que a ativa. Um equipamento cultural se constitui de fato quando se transforma em espaço de experiências, de práticas e de encontros, algo que só é possível por meio de mecanismos democráticos de escuta e de participação.

¹ Nascimento, Milton; Bastos, Ronaldo. Cais, 1972.



Ao pensarmos o Cais não apenas como obra arquitetônica, mas como proposição cultural e social, nos aproximamos da ideia de museu como espaço de diálogo ético, colaborativo e transformador.

O desafio que se coloca é o de transformar a arquitetura em prática viva e a instituição em plataforma: um território em constante negociação com o seu tempo, seus públicos e suas urgências.

Estiveram comigo nessa conversa o arquiteto Martin Corullon, sócio-diretor do Metro Arquitetos Associados, responsável pelo desenvolvimento do projeto do Cais das Artes em parceria com Paulo Mendes da Rocha; o maestro Helder Trefzger, regente titular da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo, que terá no Cais das Artes sua futura casa; e o curador Marcelo Campos, Curador Chefe do Museu de Arte do Rio (MAR) e professor da UERJ.

As falas de cada participante trouxeram dimensões complementares sobre o papel dos centros culturais e das manifestações artísticas em nosso tempo. Martin Corullon compartilhou bastidores do

projeto e a concretização de um sonho de Paulo Mendes da Rocha: construir, em Vitória, um espaço que ressaltasse sua vocação-ilha. Esse grande barco, marco imediato na paisagem, encontra na escala monumental e nos fluxos generosos a potência da arquitetura como proposição e convite à experiência. O edifício se ancora na baía, sobrepondo-se a um grande vão que se pretende como praça pública. Sua forma é inseparável daquilo que provoca: um chamado ao encontro, à convivência e à criação.

O maestro Helder Trefzger abordou o papel da música como elemento agregador, capaz de conectar públicos diversos e de gerar pertencimento. Ao

imaginar a Orquestra Sinfônica do Espírito Santo em sua nova sede, refletimos juntos sobre a importância de uma casa que acolha tanto a criação quanto o compartilhamento de processos, abrindo seus bastidores ao público. A música, nesse contexto, torna-se também instrumento de formação e de encontro, um elo entre a arte e o cotidiano.

Marcelo Campos compartilhou experiências do Museu de Arte do Rio, especialmente os programas Escola do Olhar e Vizinhos do MAR, que buscam aproximar o Museu das comunidades do seu entorno e promover a democracia cultural. O Vizinhos do MAR, em particular, estabelece uma relação continuada com moradores e instituições da região portuária, articulando práticas colaborativas, oficinas, rodas de conversa e fóruns que constroem uma rede ativa de trocas e pertencimento. Essas ações mostram como um museu pode ser agente de transformação, espelho, mas também instrumento de mudança, comprometido com a escuta e com a coautoria do território.

Ao longo da conversa, emergiu uma ideia comum: o Cais das Artes só se tornará plenamente o que propõe ser se for habitado por programas vivos e relações de confiança. Pensar o museu do futuro é pensar também em processos abertos, em formas de gestão participativa e em políticas que favoreçam a corresponsabilidade entre Estado, instituições e sociedade.

Devemos nos inspirar em instituições que, no Brasil e no mundo, vêm repensando o papel dos equipamentos culturais, a ressignificação de seu estatuto junto à sociedade e o desenho de perspectivas futuras para o seu desenvolvimento. É preciso lançar-se ao desafio de imaginar outras formas de produção de pensamento e de colaboração resistentes: com universidades, associações de moradores, iniciativas de base, práticas culturais independentes e os diversos segmentos da sociedade civil.

Nesse sentido, a definição de museu proposta pelo Conselho

Internacional de Museus (ICOM) em 2022 oferece uma chave potente para esse debate. Ao afirmar que “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial”, o texto amplia o entendimento de museu para além da preservação e da exibição, destacando seu papel ativo na promoção da diversidade e da sustentabilidade. Mais do que um espaço de guarda, o museu contemporâneo é concebido como um organismo vivo, “aberto ao público, acessível e inclusivo”, que atua com e a partir das comunidades, fomentando experiências de educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento.

Essa concepção ressoa profundamente com o projeto do Cais das Artes e com as questões levantadas em nossa mesa. Ao pensarmos o Cais não apenas como obra arquitetônica, mas como proposição cultural e social, nos aproximamos da

ideia de museu como espaço de diálogo ético, colaborativo e transformador. O desafio que se coloca é o de transformar a arquitetura em prática viva e a instituição em plataforma: um território em constante negociação com o seu tempo, seus públicos e suas urgências. Mais do que uma inauguração, o lançamento do Cais das Artes representa a oportunidade de repensar o papel dos equipamentos culturais no Espírito Santo e no Brasil. Um espaço que pode consolidar-se como um organismo em movimento, sustentado por práticas de escuta, colaboração e criação coletiva. Um lugar onde arquitetura, arte e vida se encontram para produzir sentido, pertencimento e transformação.

Território, Memória e Identidade

A mesa temática Território, Memória e Identidade realizada na manhã de sábado, 18 de outubro, propôs uma reflexão sobre como o Museu pode representar o território em que está inserido, valorizando suas memórias sociais e suas múltiplas identidades. Apresentou, ainda, observações acerca de conceitos e possibilidades para

exposições e ações formativas que contribuam para narrar a história do Espírito Santo. Nesse sentido, algumas questões foram levantadas: como o Espírito Santo narra suas histórias e se conecta com o Brasil e com o mundo? O que o Cais das Artes quer contar e como pode contribuir para contar sobre o Espírito Santo?



Um território de encontros, encantos, memórias e resistências

Jocelino Tupinikim

Eikobé! I katu eté?
(Olá! Tudo bem?)

Xe rera Ka'arondara tupinhe'enga
resé, Jocelino Tupinikim peró
nhe'enga resé.

Gostaria de dizer que me sinto honrado de poder estar neste espaço, participando do pré-lançamento do Cais das Artes, um equipamento que já nasce com a vocação de ser um território de encontros, diálogos e possibilidades. Um espaço como este tem uma importância imensa para a sociedade brasileira, pois chega de braços abertos reconhecendo a diversidade étnica e cultural do nosso estado, bem como do nosso país. O fazer artístico, em suas diversas

linguagens, não é apenas expressão estética; ele é memória, identidade e resistência.

Quando falamos em arte, precisamos lembrar que nós, povos originários e as comunidades tradicionais, sempre estivemos na base do fazer artístico, embora muitas vezes invisibilizados. Nossas histórias, nossas narrativas, nossas tecnologias e modos de criar são parte essencial da matriz de vida do nosso povo. O que muitos há anos chamam de artesanato, na verdade, são obras e tecnologias carregadas de histórias, construídas em tempos únicos, sempre observando os caminhos da Lua, prezando pela qualidade da matéria-prima, respeitando os



Que o Cais das Artes, com suas gretas que se abrem como olhos para o sagrado, seja também um espaço que nos permita tornar visível e amplificar nossa verdadeira história enquanto povos originários e comunidades tradicionais. Que este seja, de fato, um cais de todos onde nossas vozes, memórias e identidades possam navegar, ancorar, ecoar e florescer.

tempos da secagem e do preparo. Cada peça é um patrimônio material e imaterial, que traz consigo memórias ancestrais transmitidas de geração em geração, memórias que hoje correm o risco de desaparecer diante do que chamam de “desenvolvimento”.

E é justamente nesse *desenvolvimento* que se encontra a falta de envolvimento dos mais novos com os mais velhos, a quebra da conexão entre gerações que ameaça a perda desses saberes.

Fato é que a chegada das tecnologias nos territórios indígenas, ou o que chamamos de desenvolvimento, ao mesmo tempo que nos trouxe mais

conforto, também aumentou nossos desafios, uma vez que os processos de transmissão dos saberes ancestrais se dava pelo envolvimento dos mais novos com os mais velhos, contudo estas novas tecnologias têm causado grandes distanciamentos, ou seja, a cada dia mais só promove o *desenvolvimento*.

Por isso, estar aqui, neste momento, é também acreditar que espaços como o Cais das Artes podem e devem acolher as histórias vivas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Desde já, sugiro que este espaço receba uma grande exposição que dê visibilidade a esses povos, para que o Espírito Santo conheça não quem fomos, mas quem somos hoje.

Ocupar este espaço, neste momento de pré-inauguração, como voz dos povos originários e comunidades tradicionais, nos faz acreditar que estamos vivendo um novo tempo: um tempo de possibilidades, em que os bens públicos não apenas podem ser acessados pela sociedade, como devem ser acessados. O Cais das Artes precisa ser, de fato, um instrumento do povo, para o povo e com o povo, não restrito a um grupo seletivo, mas aberto às múltiplas vozes que compõem a diversidade étnica do Espírito Santo.

É preciso lutar cada vez mais por políticas públicas que garantam a criação e a manutenção de espaços como este, inclusive em nossos territórios, construídos do nosso jeito, com a nossa cara e nossa identidade. Porque somente assim estaremos garantindo não apenas o acesso, mas também o direito à produção, à circulação e à valorização das culturas que nos formam enquanto sociedade. Talvez este seja o tempo do despertar e que seja pela arte. Porque é pela arte que

nos conectamos às diversas linguagens: música, dança, poesia, pinturas, grafismos, cerâmicas, arquitetura, narrativas orais, o som dos maracás, dos tambores e das casacas Tupinikim, que por meio do canto fazem ecoar nossas histórias, memórias e trajetórias.

Que o Cais das Artes, com suas gretas que se abrem como olhos para o sagrado, seja também um espaço que nos permita tornar visível e amplificar nossa verdadeira história enquanto povos originários e comunidades tradicionais. Que este seja, de fato, um cais de todos onde nossas vozes, memórias e identidades possam navegar, ancorar, ecoar e florescer.

AIKUGÛAB-ETÉ



Território, memória, identidade e espaço

Marcus Vinicius Sant'Ana

Apego-me ao título da mesa temática que compus no Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos para estruturar este escrito. Acrescentei aqui, na verdade, a palavra “espaço”, pois julgo importante entender o Cais a partir da perspectiva física para identificarmos desafios, possibilidades e potencialidades presentes nas demais sentenças.

Os espaços culturais sempre estiveram presentes na logística urbana da cidade de Vitória. Mirando a história, Teatro Melpômene e Éden Park emergem como um dos pioneiros, erguidos no século XIX. Mas, adotando uma interpretação mais abrangente de espaço, o chão e as águas da nossa cidade já se configuravam

como palco cultural em tempos anteriores aos anos oitocentistas. As festanças indígenas dos habitantes da Guaninira, as regatas de Santa Catarina na baía promovidas pela Irmandade dos Homens Pretos e as procissões e autos teatrais religiosos orquestrados pelas igrejas são alguns exemplos. Estou dando essas voltas no tempo para adentrar em uma das sentenças selecionadas: identidade!

É totalmente impossível se pensar a identidade de um povo sem os seus elementos culturais. Ela, a cultura, é um dos principais pilares na construção identitária de um indivíduo, dando a ele pertencimento e formação de laços que o conectam a um



É no pleno acesso à cultura, sendo um espaço aberto de possibilidades, criação e contato com elementos culturais capixabas que o Cais deve atuar, cumprindo, assim, a função primordial da cultura: o encontro do ser perante o lugar e diante daqueles que nele estão.

sentido comunitário, surgindo, assim, a identidade coletiva. Como importante segmento, foi constantemente usada como ferramenta de controle social e, na mesma medida que um de seus elementos se configuravam como algo vital para a vida de uns, outros tornavam-se símbolos de segregação e desigualdade entre os iguais para outros, fragmentando o sentido coletivo citado.

Sem me alongar, é no pleno acesso à cultura, sendo um espaço aberto de possibilidades, criação e contato com elementos culturais capixabas que o Cais deve atuar, cumprindo, assim, a função primordial da cultura: o encontro do ser perante o lugar e diante daqueles que nele estão.

Já a memória se faz possível de duas formas: individual e coletiva. Aqueles que valorizam a cultura e a têm como algo vital para a existência guardam em suas memórias diversos momentos em que ela se manifestou diante de seus corpos. O Cais aberto emergirá como um lugar propício à criação dessas vivências, habitando a memória de todos aqueles que nele adentrarem, incluindo ou firmando os elementos culturais como componente imprescindível para a vida das pessoas.

Por último, o território. É necessário se firmar como um território da cultura, configurado por um recinto que a tem como bandeira maior e que seguirá a

seu serviço enquanto estiver de pé. Digo isso tendo como base a previsão de que o Cais será alvo das mais severas críticas advindas daqueles que subjagam constantemente tal segmento, e o combate a tal postura é dever de todos aqueles que estão imersos nele.

Tal enfrentamento também deve acontecer a partir da aproximação com outro conceito de território. O Cais está próximo de comunidades que carecem de espaços culturais e que lidam com as mais severas fragilidades sociais, sendo a cultura um potente amenizador das tais. Ser uma extensão territorial de Jesus de Nazareth, Morro da Garrafa, Praia do Suá e outras mais contribuirá no fincamento do Cais, dos espaços de cultura e da cultura em si como elos fundamentais no funcionamento da engrenagem da nossa sociedade.

Aqueles que ousam subalternizar aquilo que gera reflexos positivos no cotidiano social, principalmente para as camadas

que mais carecem, merecem o desprezo.

Já os que ousam empunhar a cultura como estandarte primeiro do cortejo da vida, merecem que as suas sejam longas!

Ao Cais, à cultura capixaba e sua gente!



PANELA DE BARRO
GOIABEIRA VITÓRIA - ES

GOIABEIRA VITÓRIA - ES

GOIABEIRA VITÓRIA - ES

Contar, mas também recontar

Isabella Baltazar

O que o Cais das Artes pode – e deve – contar sobre o Espírito Santo?

Como um espaço de circulação de conhecimento e expressões, é preciso, antes de mais nada, situá-lo como um espaço simbólico que estará em constante disputa de narrativas.

Por nascer com a promessa de ser um grande equipamento cultural e, portanto, porta de entrada e saída de narrativas sobre o Espírito Santo, sugiro como pergunta central não apenas “o que se contar ali?”, mas “como e por quem as histórias serão contadas?”. Gostaria de pensar, por exemplo, junto a Jocelino Tupinikim, como a língua, os

saberes e as cosmologias indígenas do território do Espírito Santo podem compor não só exposições, mas processos curatoriais e educativos desse centro monumental.

Em linhas iniciais, é preciso sublinhar que a história capixaba – indígena, negra, popular, operária, marítima e urbana – foi por muito tempo silenciada ou contada por outros. Um equipamento com a força e a magnitude do Cais pode (e precisa) romper com esse curso.

O Espírito Santo tem uma história complexa. Carrega uma ferida colonial que, às vezes mais, às vezes menos, aparece aberta. Para este nosso encontro, reunimos



Como construir um equipamento cultural com perspectiva situada, que seja plataforma e não vitrine, que fortaleça redes e não centralize poderes? Como desenvolver e consolidar metodologias participativas que possam aproximar o Cais das comunidades do interior, litorais, quilombos, aldeias e periferias, nas quais sejam utilizados parâmetros baseados em diálogo e vínculo com o território?

peessoas com trajetórias muito diferentes – que, por isso mesmo, ajudam a ampliar a escuta sobre o que significa pensar o Cais das Artes no presente e no futuro, que começa a ser escrito agora. Este lugar nasce com vocação internacional, mas não pode se afastar do território onde está. Minha proposta como mediadora dessa conversa é a de buscar mais perguntas, e não respostas. Perguntas propositivas, devo ressaltar, afinal, estamos diante de um momento inaugural para a cultura do ES: 1. *Quem conta, junto do Cais das Artes, as narrativas que ele vai enunciar?* 2. *Como podemos fazer com que o Cais não centralize, mas potencialize narrativas?*

Na abertura deste Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos, Raphael Callou, diretor-geral da OEI, destacou que o Cais deve ser um lugar de liberdade no exercício da cultura – aberto ao mundo, mas representativo da sociedade onde está inserido. Nosso Secretário da Cultura, Fabricio Noronha, por sua vez, lembrou que o Cais não pode ser o *redentor* da cultura capixaba. Eu acrescento: não pode ser também *detentor*, tampouco *retentor* das culturas que constituem o estado do Espírito Santo; elas são muitas.

Essas premissas nos fazem retornar ao começo: como construir um equipamento cultural com perspectiva situada, que seja plataforma

e não vitrine, que fortaleça redes e não centralize poderes? Como desenvolver e consolidar metodologias participativas que possam aproximar o Cais das comunidades do interior, litorais, quilombos, aldeias e periferias, nas quais sejam utilizados parâmetros baseados em diálogo e vínculo com o território?

Junto aos meus colegas de inquietações Horrana, Marcus e Jocelino, retomamos como a história urbana, a memória social e das culturas populares foram e são sistematicamente invisibilizadas, mas devem ocupar o espaço do Cais – e os outros que virão.

Considerações finais: descentralização e circulação

Como descentralizar as narrativas culturais de Vitória, garantindo que o Cais seja uma ponte (e não um muro) entre diferentes territórios do Espírito Santo?

O Cais das Artes, como o próprio nome diz, pode ser um lugar de

travessia: de chegada e de partida, de encontro e de movimento. E está à margem, por isso deve desenvolver relações multidisciplinares para além do centro.



Percursos de Pesquisa e Curadoria

A mesa temática Percursos de Pesquisa e Curadoria realizada na manhã de sábado, 18 de outubro, propôs uma reflexão sobre como a arte contemporânea e os suportes digitais podem dialogar com o acervo, com os espaços expositivos e com a ocupação dos espaços do Cais. Nesse sentido, algumas questões foram levantadas: como a curadoria pode articular a ocupação dos espaços expositivos com uma abordagem contemporânea,

sensível ao território e às novas linguagens? Como construir coletivamente uma linha curatorial para o equipamento que seja viva, crítica e conectada com os desafios do presente? Qual é a importância de integrar curadoria, educação, território e memória social como pilares de atuação do Cais? De que maneiras o Cais das Artes pode se conectar com a produção artística e cultural local, nacional e internacional, tornando-se referência?



Museus como espaços de fronteira, Curadorias como zonas de contato

Carolina Rodrigues

Entre as provocações propostas para esse encontro, uma me tocou especialmente: *como a curadoria pode articular a ocupação dos espaços expositivos com uma abordagem contemporânea, sensível ao território e às novas linguagens?* Falo a partir da minha experiência como curadora-geral do Museu Bispo do Rosário, o que me leva a apresentar brevemente o contexto histórico que circunscreve nosso trabalho e as estratégias que nossa equipe vem desenvolvendo diante dos desafios que esse território nos impõe.

A Colônia Juliano Moreira, situada na zona oeste do Rio de Janeiro, na Grande Jacarepaguá, concentra múltiplas camadas

históricas que se revelam tanto em suas paisagens quanto nas histórias de seus moradores. Território originalmente habitado por povos originários, abrigou um grande engenho de açúcar e café até o início do século XX, quando foi desapropriado para a criação da Colônia de Psicopatas Homens, em 1924, posteriormente renomeada Colônia Juliano Moreira, uma das maiores instituições manicomiais da América Latina. Ao longo de quase cem anos, o manicômio capturou e silenciou dezenas de milhares de vidas, cometendo diversas violações de direitos.

Com a Reforma Psiquiátrica e o avanço da luta antimanicomial a partir dos anos 1980, as



Que a arquitetura de um museu não funcione como barreira, mas como estrutura permeável, capaz de acolher processos de criação contínuos e sustentar economias locais. Que fomente sociabilidades pautadas na saúde coletiva e na permanência dos laços, em oposição às lógicas extrativistas que produzem e descartam conteúdos sem enraizamento.

internações foram gradualmente diminuindo até cessarem por completo em 2022. Na última década, muitas instalações desativadas foram transformadas em escolas, centros de atenção psicossocial, moradias populares e nas atuais instalações do Museu Bispo do Rosário.

Esse processo de transição trouxe ao território novas presenças e formas de ocupação, tanto por meio de programas habitacionais quanto pela construção espontânea de moradias. Podemos dizer que a comunidade que hoje se estabelece é profundamente fragmentada, fruto de sucessivas micro-diásporas. Muitos dos novos habitantes são famílias vindas de diferentes

regiões do Rio de Janeiro, deslocadas pelas reformas urbanas associadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas.

Diante dos estigmas que ainda pesam sobre esse território, o Museu Bispo do Rosário se coloca como um núcleo integrador, comprometido com a preservação de uma memória local que conflui diferentes perspectivas. Foi a partir de um projeto da equipe de arte e educação que tive meu primeiro contato direto com essa realidade. Enquanto educadora, participei do projeto “Eu Vim Contar Uma História”, que propunha a criação de um podcast com crianças da Escola Municipal Juliano Moreira, a mais próxima ao

Museu, a partir de histórias reais ou imaginadas ambientadas na região. Conduzidos pelo olhar das crianças, tivemos uma imersão no território a partir de seus afetos, sonhos e fabulações. Costumo dizer que essa experiência, vivida poucos anos antes de assumir a curadoria geral, foi a base do meu entendimento sobre o papel social do museu, pois conhecer um lugar pelas imaginações da infância é vislumbrar suas futuridades possíveis.

Enquanto instituição vinculada ao SUS e à Superintendência de Saúde Mental da Secretaria de Saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro, com foco na arte contemporânea, o Museu Bispo do Rosário desenvolve o conceito de museu expandido. Nele, arte e cultura ultrapassam a materialidade e se constituem nas práticas cotidianas de produção de sentido, cuidado e convivência comunitária. Inserido num território atravessado

por violências coloniais, manicomiais e racistas, o Museu adere a forças contrárias ao projeto que historicamente o originou. Seu compromisso é promover saúde, cuidado e integração psicossocioambiental, reorganizando suas práticas de modo a compreender curadoria, arte, educação e atenção psicossocial como campos convergentes e não hierárquicos.

Entre as experiências mais significativas dessa atuação, está o Programa de Geração de Trabalho e Renda, que cria uma rede de sustentabilidade e autonomia com a comunidade local. Baseado na economia solidária, o programa promove um espaço de cidadania e integração social para pessoas que passaram parte de suas vidas institucionalizadas ou que enfrentam barreiras para ingressar no mercado formal. Reúne o Ateliê Gaia¹, oficinas de mosaico, bordado e costura, além de uma

¹ O Ateliê Gaia é um espaço de arte, criação, formação, convivência, autonomia e profissionalização do Museu Bispo do Rosário. Atualmente, é composto por 12 artistas cujas trajetórias entraram em contato com os serviços de saúde mental.

horta agroecológica e de culinária, articulando produção, venda e prestação de serviços. Vinculadas aos projetos curatoriais e pedagógicos do Museu, essas oficinas constituem espaços de aprendizado, partilha, pesquisa e criação coletiva.

A atuação curatorial nesse campo, distinta das práticas museais tradicionais, ressignifica o próprio papel da curadoria. Em muitas instituições, o processo de articulação comunitária fica restrito a outros setores museais, com o protagonismo das equipes de educação. Desafiando a lógica fronteira desses organogramas, a equipe curatorial do Museu Bispo do Rosário não só tem a participação nessas atividades enquanto uma de suas funções, mas também abre suas galerias a esses processos.

Tradicionalmente, os espaços expositivos operam sob certa impermeabilidade, reservando-se a artistas reconhecidos e a públicos já familiarizados com o circuito institucional. A participação comunitária,

quando existe, tende a se limitar à mediação. No entanto, se desejamos transformar o Museu em um espaço de pertencimento, é preciso ir além. Assim, o acompanhamento curatorial do Programa de Geração de Trabalho e Renda estende-se às galerias, incorporando a produção das oficinas na criação de obras, instalações e elementos expositivos. Para muitas pessoas, essa é a primeira aproximação com a dinâmica expositiva institucional, contribuindo para uma relação de pertencimento com esse espaço.

A partir dessa experiência, o que proponho ao Cais das Artes é uma reflexão sobre como construir vínculos comunitários que repensem o papel das instituições culturais. Que a arquitetura de um museu não funcione como barreira, mas como estrutura permeável, capaz de acolher processos de criação contínuos e sustentar economias locais. Que fomente sociabilidades pautadas na saúde coletiva e na permanência dos laços, em oposição às lógicas extrativistas

que produzem e descartam conteúdos sem enraizamento.

Compreendo o museu como um espaço que aciona as fronteiras sociais e simbólicas, com o potencial de reforçar processos de separação e exclusão. É nesse contexto que a curadoria pode atuar como zona de contato: não apenas selecionando obras ou organizando programas expositivos, mas se integrando verdadeiramente à comunidade, escutando suas histórias, valorizando trajetórias e reconhecendo confluências de pensamento. Curar é criar campos de encontro entre visões de mundo, modos de vida e sensibilidades distintas, tecendo relações capazes de derrubar essas fronteiras e repensar as categorizações que organizam o sistema de arte e a própria sociedade.



Arte, Conhecimento e Território: pesquisar a partir da escuta

Marisol Pineda

Como gerar processos de pesquisa curatorial a partir da escuta, do cuidado e do diálogo dos conhecimentos que habitam os territórios?

Essa pergunta orientou minha participação no Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos, na mesa sobre trajetórias de pesquisa e curadoria, cujo objetivo era abrir a conversa sobre como as práticas curatoriais, de pesquisa e de criação podem se articular com as linguagens contemporâneas das artes e gerar processos coletivos e críticos em diálogo com o presente e com a cidadania. Essa reflexão parte da necessidade contemporânea de transformar o papel do museu, da arte e da curadoria diante dos desafios

sociais, culturais e territoriais de nosso tempo.

Pensar a pesquisa curatorial a partir da escuta implica deslocar o foco da representação para a relação; do objeto para o processo; da autoridade especializada para a construção coletiva do conhecimento. Supõe, além disso, assumir o cuidado como princípio ético e político da prática curatorial, reconhecendo que os conhecimentos não só são produzidos, mas também habitados, transmitidos e transformados em contextos específicos.

Na Colômbia, essa reflexão encontra um apoio significativo na Política Pública de Apropriação



A partir de uma museologia que escuta, dialoga, investiga e cria, o Cais das Artes pode se tornar um espaço que não fala pelos territórios, mas que ressoa com eles a partir da arte; que não fixa memórias, mas as mantém vivas; e que não concebe o conhecimento como um resultado fechado, mas como um processo coletivo em construção permanente.

Social do Conhecimento¹, impulsionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MinCencias). Essa política propõe compreender o conhecimento como um processo social, situado e plural, que se constrói em interação com a cidadania e que reconhece a diversidade de saberes presentes nos territórios. A apropriação social não se limita à divulgação de conteúdos, mas busca fortalecer as capacidades de participar, decidir e transformar realidades a partir do conhecimento compartilhado. Nesse mesmo marco institucional, a Investigação + Criação (I+C) se

consolida como uma modalidade que amplia os horizontes tradicionais da pesquisa ao reconhecer os processos criativos e artísticos como vias legítimas de produção de conhecimento. A partir dessa perspectiva, a sensibilidade, a experiência, a criação e a imaginação se integram ao pensamento crítico e à transformação social. Conforme proposto pelas orientações do MinCencias, a I+C parte da identificação coletiva do pulsar do território, o que possibilita processos de apropriação social do conhecimento a partir das práticas artísticas.

¹ Vergès, Françoise. Um programa de desordem absoluta: descolonizar o museu. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2023.

Essas políticas permitem pensar os museus e as práticas curatoriais ligadas às artes como espaços de pesquisa viva, onde comunidades, artistas e curadores participam em condições de maior horizontalidade na construção do sentido das narrativas e das ações de mediação. O conhecimento deixa de ser entendido como um resultado fechado para ser assumido como um processo relacional, aberto e em permanente construção.

A partir da abordagem de I+C, os museus são reconhecidos como espaços de mediação cultural nos quais se pesquisa, cria e produz conhecimento em diálogo com os territórios. O Guia setorial para museus, desenvolvido pelo MinCienias, propõe que as instituições museológicas não apenas conservem e exibam o patrimônio, mas também atuem como ambientes de pesquisa capazes de articular conhecimentos científicos, artísticos e comunitários.

Nesse contexto, a exposição se torna um dos principais

pontos de ativação da pesquisa e da Investigação + Criação. As salas deixam de ser espaços exclusivamente contemplativos para se transformarem em cenários de experimentação, diálogo e produção de conhecimento, nos quais as narrativas curatoriais são construídas de forma aberta e situada, o que permite estabelecer vínculos com o público e as comunidades, onde todos os conhecimentos são reconhecidos como válidos.

Essa perspectiva permite compreender a curadoria não apenas como uma prática social e relacional, mas também como um espaço de inovação a partir das artes. O diálogo com artistas e outros agentes da criação amplia as possibilidades da pesquisa curatorial, incorporando linguagens, metodologias e dispositivos que transformam as formas tradicionais de exposição. A experimentação com som, música, texto narrativo ou poético, bem como com recursos visuais, espaciais e tecnológicos, possibilita o

desenvolvimento de propostas museográficas inovadoras, mais sensíveis, acessíveis e próximas das comunidades. Desta forma, a pesquisa é ativada por meio da criação, gerando experiências expositivas que não só comunicam conteúdos, mas também produzem conhecimento a partir da experiência estética, do design e da interação.

A partir do Museu Nacional da Colômbia, experiências como a Sala Talleres del Panóptico e o reconhecimento da instituição como Centro de Ciência (ou seja, um museu alinhado com a política da Apropriação Social do Conhecimento - ASC) permitiram concretizar gradualmente essas apostas metodológicas. Nesses processos, a curadoria é construída em diálogo entre diferentes atores, entendendo essas curadorias como uma prática de pesquisa coletiva que reconhece a igualdade epistêmica dos conhecimentos envolvidos. Esse tipo de experiência dialoga

profundamente com as reflexões de Françoise Vergès², que, em “Um programa de desordem absoluta: descolonizar o museu”, propõe que descolonizar não significa apenas diversificar conteúdos, mas transformar as estruturas de poder que sustentam o museu moderno. Introduzir a desordem implica questionar quem fala, de onde se narra e quais conhecimentos são legitimados.

Nesse sentido, a arte contemporânea também desempenha um papel central nesse processo quando entendida como um exercício sensível ao território e às novas linguagens, o que torna necessário repensar a própria noção de arte a partir de uma construção coletiva com as diversas comunidades que habitam os territórios.

O 47º Salão Nacional de Artistas: KAUKA, Assembleia de Mundos Possíveis, organizado pelo Ministério da Cultura,

² Vergès. *Um programa de desordem absoluta.*

Artes e Conhecimento da Colômbia, constitui uma referência fundamental para pensar a arte contemporânea e a curadoria a partir de uma perspectiva territorial, coletiva e descolonizada. Mais do que um evento expositivo, o Salão se configurou como um processo situado de investigação e criação, construído em diálogo com as comunidades, os saberes ancestrais e as realidades sociais do território caucanense³.

Nessa experiência, a curadoria operou como uma prática de mediação cultural e escuta ativa, deslocando as noções tradicionais de autoria, representação e centralidade. As categorias de arte e contemporaneidade foram pensadas de forma coletiva, reconhecendo que o conhecimento artístico é produzido em relação às memórias, aos conflitos e aos modos de vida dos territórios. Essa visão dialoga com os conceitos que temos abordado

ao longo do texto, nos quais os museus e os cenários expositivos são suscetíveis de serem espaços onde se disputam sentidos e memórias, construindo processos mais sustentáveis socialmente e mais duradouros.

As reflexões que emergem dessas experiências dialogam diretamente com a aposta da mesa no Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos. Nesta etapa, o Cais das Artes tem a oportunidade de construir uma relação de escuta ativa com os cidadãos, na qual a arte e a curadoria são pensadas a partir do território, da memória social e dos desafios contemporâneos, tornando-se um espaço com potencial para se consolidar como laboratório de Investigação + Criação, curadoria e mediação cultural.

Pensar o Cais das Artes a partir dessa perspectiva implica assumir a curadoria não como um exercício de representação, mas como uma prática relacional

³ Refere-se aos habitantes do departamento de Valle del Cauca, na Colômbia.

que investiga, cuida e produz conhecimento em diálogo com diversos atores e contextos. Curadorias situadas, vivas e abertas permitem ativar processos de apropriação social do conhecimento a partir das artes, conectando o local com o nacional e o internacional sem perder a sensibilidade territorial.

Essas apostas supõem transformar a maneira como os museus e os espaços culturais se relacionam com o mundo. A partir de uma museologia que escuta, dialoga, investiga e cria, o Cais das Artes pode se tornar um espaço que não fala pelos territórios, mas que ressoa com eles a partir da arte; que não fixa memórias, mas as mantém vivas; e que não concebe o conhecimento como um resultado fechado, mas como um processo coletivo em construção permanente.

Entre arte, conhecimento e território se tecem éticas do cuidado, batimentos cardíacos comuns, memórias coletivas

sustentáveis e inclusivas e processos de construção de conhecimento a partir das artes possivelmente inovadoras e sensíveis.

Memória das Artes Visuais no Espírito Santo: invento o Cais

Nicolas Soares

A constituição dos espaços públicos dedicados às artes visuais no estado revela um processo histórico marcado por articulações entre iniciativas governamentais, universitárias e artísticas, que reivindicaram tanto um panorama cultural heterogêneo, quanto, ao mesmo tempo, criaram relações interdependentes na cena. Esta institucionalização das artes visuais no Espírito Santo pode ser compreendida, a partir de meados do século XX, por uma história contada tanto pelas instituições quanto pelas experiências da produção de artistas que atravessaram esses espaços. O percurso de uma história da arte, a partir daqui, está diretamente associado ao engajamento das

políticas culturais, incentivando a pesquisa artística, a sua exibição e difusão, como também a formação de público.

Nos anos de 1950, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) incorporou ao seu quadro acadêmico a Escola de Belas Artes, que, posteriormente, foi reformulada como Departamento de Artes Visuais. Um espaço nuclear do pensamento e da produção artística que pôde, no futuro, contribuir para a implementação de dois equipamentos universitários dedicados às artes visuais. Nos anos de 1970, a Galeria Arte e Pesquisa (GAP), que, inicialmente, ocupou a Capela Santa Luzia — prédio colonial



Instaura-se a expectativa para que rume em direção à multiplicidade e ao acolhimento, tanto dos vetores da produção artística (nossos museus e galerias), como, principalmente, do trabalho maturado dos artistas e do intercâmbio para qual sua linha transatlântica faz vista.

datado de 1937 no centro histórico de Vitória, presenciou diversas manifestações experimentais; e a Galeria de Arte Espaço Universitário (GAEU) articulou a produção dos artistas na Universidade, além de constituir um acervo amplo da arte contemporânea nacional, incentivando que a produção capixaba ganhasse lastro, diálogo e permanência.

No âmbito estadual, também por uma demanda da classe artística e em acordo com o setor público, a implementação da Galeria Homero Massena (GHM) em 31 de março de 1977 representou um ato fundamental ao circuito. Como espaço público estadual, a Galeria tornou-se um dos principais

campos de circulação de artistas capixabas, estabelecendo interlocuções com outras cenas artísticas do país. Artistas como Frans Krajcberg, em 1978, ou, mais recentemente, Berna Reale, em 1994, são alguns exemplos do diálogo nacional estabelecido pela Galeria. Atualmente obras desses artistas e de outros nacionais e locais integram seu acervo. Voltada em sua missão para a expressão e apresentação das experimentações em diversas ordens e linguagens, é de reconhecimento que muitos artistas capixabas, hoje com projeção, passaram pela Galeria. Em quase cinco décadas, uma pequena história da arte pode ser traçada por suas exposições e acervo.

Ainda, mais tarde na história, nesse mesmo percurso de mobilização da classe artística em consonância com o Governo do Estado, a implementação do Museu de Arte do Espírito Santo (MAES), em 18 de dezembro de 1998, consolida-se como o desejo de se ter um grande museu dedicado às artes no estado, movido pelo ânimo de firmar um espaço que pudesse respaldar e simbolizar a sua produção. Com exposição dedicada à retrospectiva de Dionísio Del Santo, sua abertura inicia não apenas o Museu, como também o próprio acervo. Atualmente, marcado pela principal política de fomento às artes no estado, o Funcultura (Secult), o Museu estreitou de forma significativa suas atividades e pensamentos com a nova produção artística local, assim como a GHM, passando a compor em sua agenda, além dos diálogos nacionais, uma perspectiva dos debates das artes daqui para fora. Esta linha espiralar da história da arte capixaba, atravessada pela institucionalização de espaços dedicados às artes visuais e

à produção artística, aponta para a motivação primeira de firmar e potencializar as artes no estado. Em cada um desses espaços, houve expectativas balizadoras que provocaram suas estruturações no circuito, sempre com a premissa de fortalecer tanto os artistas, quanto os cenários interno e externo ao nosso território — geográfico e cultural. As instituições cumprem hoje o papel estrutural de fomento e difusão, contribuindo incontornavelmente para a expansão artística do circuito das artes capixabas.

Agora, estamos aportando num cais de grandes proporções físicas, culturais e históricas. Em quinze anos de expectativas, o Cais das Artes tem como desafio responder às ansiedades do fortalecimento em que às artes visuais no Espírito Santo se encontram. Efeito de longos debates públicos, do interesse de Governo, acreditando nas artes e na cultura como focos de visibilidade e investimento para o estado, e sim, da mobilização de diversos agentes da cultura,

mais uma vez, na história dos equipamentos culturais públicos, se reflete no Cais tudo aquilo que fez com que seu prédio se erguesse. Instaura-se a expectativa para que rume em direção à multiplicidade e ao acolhimento, tanto dos vetores da produção artística (nossos museus e galerias), como, principalmente, do trabalho maturado dos artistas e do intercâmbio para qual sua linha transatlântica faz vista.

É, pois nessas articulações — entre universidade, estado, artistas, acervos, editais, experiências históricas e novas produções — que se emerge o Cais, como manifestação de nossa memória e produção simbólica e estética, responsável e implicado no que nos traz até aqui: pertencente a nós mesmos.







Cais de Todos: um ensaio sobre escuta, território e desejos

Alex Teixeira

Cheguei ao Cais das Artes e senti a Baía de Vitória que respirava diante de mim com um rumor que misturava vento, luz, resíduos de maré e a estranha sensação de que algo ali aguardava por um gesto inaugural. A arquitetura monumental projetada por Paulo Mendes da Rocha parecia recém-acordada. Havia no ar um suspenso que não era ausência, mas espera. Caminhei lentamente, deixando que o território me ensinasse seus ritmos. Stuart Hall¹ afirma que identidades se produzem em fluxo, nunca como formas finais, e talvez por isso eu sentisse no próprio corpo que aquele edifício também não estava

terminado. Ele se anunciava, mas ainda não se deixava apreender por completo. Era construção e travessia ao mesmo tempo.

A paisagem vista pelas frestas do complexo cultural se comportava como um organismo antigo. A baía carregava vestígios de travessias indígenas, marcas coloniais, deslocamentos forçados, práticas de pesca, memórias familiares, festas, rotinas. Nada era puro. Nada era simples. A água devolvia aos olhos uma história feita de camadas. Leda Maria Martins² propõe que a memória se inscreve no corpo como gesto, e essa imagem me acompanhava

¹ Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

² Martins, Leda Maria. Performances da oralitura. Belo Horizonte: Mazza, 1997.

enquanto atravessava as sombras da estrutura do Cais. O território jamais é apenas chão. Ele é respiração partilhada, é a vibração que antecede o passo, é o entrelaçamento de mundos que convivem no mesmo instante.

Ainda que o edifício reivindicasse imponência, era o entorno que, de algum modo, conduzia minha percepção. Milton Santos³ compreende o território como abrigo e abrigo do abrigo. A expressão ressoava profundamente naquele lugar. O Cais surgia como possível abrigo cultural, mas também como corpo que precisaria ser abrigado pelas pessoas que o frequentariam, pelas vozes que o atravessariam, pelos conflitos que o moldariam. A monumentalidade não garantiria pertencimento por si só. Seria necessário que o espaço aprendesse com o entorno, com os fluxos de trabalhadores, com as dificuldades de mobilidade, com a vida que pulsa além das

paredes. Nada ali parecia estático. Era tudo maré.

Ainda antes da abertura dos Grupos de Trabalho, percebi que as conversas daquele dia aconteceriam de forma espiralada. Não haveria gesto linear. Haveria retorno, dobra, cruzamento. A água, ao lado, insistia como metáfora: ela liga e separa, conduz e dispersa, sustenta e erode. Homi Bhabha⁴ chama atenção para os entre-lugares, esses territórios híbridos onde identidades se reconfiguram. E talvez o Cais estivesse justamente nesse espaço limiar, entre obra e instituição, entre projeto e prática, entre promessa e inauguração.

Quando os Grupos de Trabalho (GTs) do Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos começaram, a atmosfera mudou. A roda se formava com naturalidade, mas nada daquilo era simples. Sentar-se em roda é, também, assumir que ninguém fala de um lugar neutro. Donna Haraway⁵ escreve

³ Santos, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁴ Bhabha, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

sobre saberes situados, e ali essa sentença deixava de ser reflexão teórica e se tornava matéria viva. Cada fala deslocava uma parte do espaço. Cada corpo reorganizava as tensões presentes. As conversas começavam tímidas, mas logo se ampliavam como ondas que encontram outras ondas. Era tudo movimento.

As falas circulavam por temas que se repetiam como marés: o desejo de que o Cais fosse permeável; a necessidade de se aproximar das comunidades do entorno; a urgência de estabelecer vínculos com o interior do Espírito Santo; a importância de valorizar saberes tradicionais; a insistência

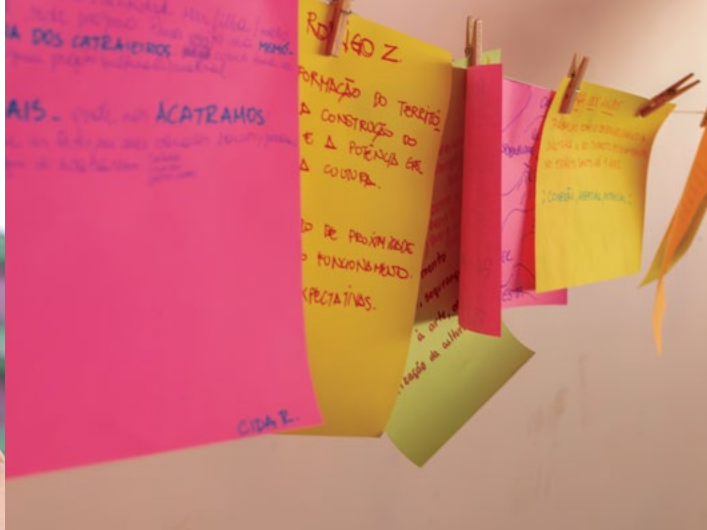
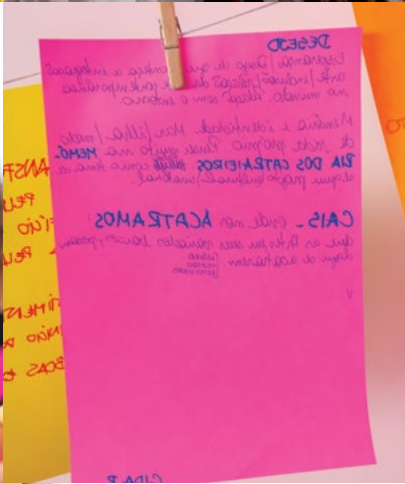
na construção de um educativo forte, capaz de acolher e formar público; a reivindicação de que o Cais atuasse como catalisador de políticas culturais capazes de enfrentar desigualdades históricas. Rancière⁶ lembra que a arte disputa a partilha do sensível, e essa disputa estava em curso no grande salão. Era possível sentir na pele.


Por várias vezes, alguém dizia que o Cais precisava transbordar. O verbo se repetia sem cansaço. Transbordar como gesto público. Transbordar para além das paredes. Transbordar até os bairros. Transbordar pelo mar, pelo estado. Transbordar no

⁵ Haraway, Donna. Saberes localizados. Cadernos Pagu, n. 5, 1995.

⁶ Rancière, Jacques. A partilha do sensível. São Paulo: Editora 34, 2009.








sentido de que a instituição não poderia se bastar em si. A fala não se referia apenas à programação, mas à dimensão ética do espaço. Um Cais que transborda é um Cais que reconhece que seu sentido só se completa quando tocado pela vida ao redor.

Durante a escuta, eu me concentrava não apenas no que era dito, mas no modo como era dito. As hesitações eram tão importantes quanto as certezas. As pausas carregavam densidades que, muitas vezes, ultrapassavam o próprio enunciado. Achille Mbembe⁷ escreve que a relação contemporânea com

o território é atravessada por feridas coloniais que ainda não cicatrizaram. E talvez por isso tantas falas giraram em torno do medo de não pertencer, do receio de não caber, da sensação de distância simbólica entre o prédio monumental e certas comunidades. A ferida não era metafórica; ela era material, histórica, cotidiana.

Em várias rodas, a Baía de Vitória reaparecia como tema. Algumas pessoas queriam que o Cais incorporasse uma leitura oceânica da cidade; outras destacavam o embate entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental; outras

⁷ Mbembe, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.



ainda lembravam o barro do Vale do Mulembá, cuja existência sustenta o trabalho das paneleiras e, por extensão, um dos pilares da identidade capixaba. Malcom Ferdinand⁸ argumenta que não há ecologia possível sem enfrentar a colonialidade. Aquela conversa confirmava isso. O território cobrava que qualquer projeto cultural dialogasse também com a terra, com a água, com o ambiente e com seus conflitos.

Enquanto coordenador dos GTs, percebia que meu papel era o de sustentar atravessamentos. Não conduzir. Não dirigir. Sustentar. Sustentar a emoção que atravessava uma fala, sustentar o silêncio de alguém que precisava de tempo, sustentar a complexidade de pontos de vista que não se anulavam, mas se tensionavam mutuamente. Era preciso permitir que o grupo percebesse que seus próprios desejos poderiam modelar o futuro do complexo Cais das Artes. A construção não seria

feita depois do Seminário — ela já estava acontecendo ali.

Em alguns momentos, as falas se deslocavam para imagens mais amplas, como a ideia de um museu aberto além do horário comercial; um espaço capaz de acolher eventos comunitários, oficinas, festivais, batalhas de poesia, shows ao ar livre, feiras de artesanato, encontros entre artistas de diferentes regiões do estado; um museu que reconhecesse as juventudes de periferia como criadoras e não como público periférico; um espaço que admitisse a diversidade de linguagens como prática constitutiva, não como concessão. Françoise Vergès⁹ propõe descolonizar o museu, e isso implica deslocar os centros, redistribuir a escuta, abrir caminhos não previstos. Nos GTs, essa descolonização não era teoria; era pedido urgente.

A cada ciclo de conversa, um sentimento retornava. O Cais

⁸ Ferdinand, Malcom. Uma ecologia decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

⁹ Vergès, Françoise. Decolonial museum. Londres: Verso, 2020.

precisava aprender com quem o circunda. Era importante reconhecer que nenhuma instituição cultural se sustenta se não dialogar seriamente com os territórios que a rodeiam. Boaventura de Sousa Santos¹⁰ diz que não há emancipação possível sem ecologia de saberes. Era exatamente isso. Para existir, o Cais precisaria reconhecer o valor dos saberes que já existem, não apenas os acadêmicos, mas os cotidianos, os tradicionais, os ancestrais, os urbanos, os marginais.

O dia avançava, e o Sol sobre a Baía alterava as cores do concreto. O pôr do sol ali é lindíssimo. Era como se o próprio espaço estivesse reagindo às falas que aconteciam ali. O território parecia escutar. A certa altura, compreendi que não estávamos apenas avaliando o futuro do Cais das Artes, estávamos participando de sua criação simbólica. A instituição futura seria atravessada por aquelas vozes, mesmo que não soubessem disso.

Quando o Seminário terminou, demorei alguns minutos olhando para a água lá de baixo, do pilotis. A maré já tinha mudado. Eu também. O Cais não era mais apenas um projeto, era gesto coletivo. Era disputa. Era cuidado. Era memória que avança. Era futuro que se abre. Era, acima de tudo, a possibilidade de que cada pessoa que atravessou aquele espaço pudesse, um dia, dizer sem hesitar: aqui também é meu lugar.

Ao deixar o prédio, compreendi que o Cais das Artes não será feito apenas de concreto, curadoria, educativo ou programação. Ele será feito de escuta. De relação. De encontros. De tensões que não se apagam, mas que podem gerar novas formas de conviver. De maré. De corpo. De memória. De desejo. E talvez seja esse o gesto mais profundo que um equipamento público pode oferecer: permitir que um estado se reencontre consigo mesmo.

¹⁰ Santos, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. Novos Estudos CEBRAP, 2007.

Papel Formador dos Museus: desafios e possibilidades

A mesa temática Papel Formador dos Museus: desafios e possibilidades, realizada na tarde de sábado, 18 de outubro, propôs uma reflexão sobre o papel educativo do museu e suas interfaces com escolas, universidades, espaços não formais e a cidade. Nesse sentido, algumas ações foram propostas: o mapeamento da função social e educativa do Cais das Artes; a identificação de cursos, ações educativas e formações; a análise

de como o Cais pode contribuir e atuar em parceria com outras secretarias; o mapeamento de zonas de interesse e possibilidades de articulação; a definição de quais eixos temáticos a área de educação deve contemplar no Cais; o levantamento de possibilidades formativas tanto nas salas do museu quanto em espaços extramuros; e uma discussão sobre a função e a ocupação do espaço da biblioteca.

ssibilidades



is
tod

UP



A relevância social dos museus depende de um educativo forte

Cayo Honorato

Pensar o papel formador dos museus – especialmente no caso de uma instituição como o Cais das Artes, que pretende ser um espaço dedicado à formação, pesquisa e difusão, com foco nas interseções entre cultura, educação e arte – envolve pensar não só a dimensão pedagógica que essa instituição de um modo geral pode assumir frente à sociedade, mas também o lugar dos processos educacionais e, particularmente, da instância educativa em sua organização.

Sublinhar essa diferença implica não apenas reconhecer que todas as instâncias do museu, da limpeza à direção, a partir das atividades que lhe são próprias, poderiam participar – e seria

oportuno que efetivamente participassem – do que vem a ser a função formativa dessa instituição, como também propor que sua instância propriamente educativa, isto é, que o seu setor educativo tivesse, para além de condições adequadas de trabalho, a mesma posição de interdependência que as demais atividades-fim do museu, em vez de uma posição tipicamente inferior ou secundária.

Tomemos, por exemplo, a relação entre educação e pesquisa. Não seria novidade conceber os museus como instituições voltadas para essas atividades. Ambas aparecem na sua definição atual, que compreende o museu como uma instituição “que



Fortalecer o seu papel formador, com o apoio de um setor educativo preparado, em constante interação com as questões socioculturais emergentes, pode resultar numa contribuição significativa para esse processo.

pesquisa” e que proporciona “experiências diversas para a educação” – de um modo quase idêntico a como figuram em definições anteriores desde pelo menos 1974. Contudo, resta subentendido nesse contexto que a educação apareça como uma atividade “posterior” em relação à pesquisa, isto é, como uma instância de difusão da pesquisa feita pelo museu; não exatamente como uma prática que produz ela própria saberes e conhecimentos, a partir de suas próprias questões.

Haveria, portanto, uma relação específica sendo sustentada entre esses termos, que seria importante problematizar. Em resumo, entende-se que a pesquisa teria como objeto

prioritárias questões ligadas às coleções e ao patrimônio que o museu conserva e estuda, enquanto a educação teria por tarefa a disseminação e o compartilhamento do que o museu pesquisa e expõe. Mas essa compreensão tende a limitar (ou mesmo subalternizar) as possibilidades de atuação da educação em museus. Portanto, qual poderia ser o papel dos educativos para além dessa delimitação?

Em geral, espera-se que a mediação cultural expanda a participação da arte na vida das pessoas, ampliando, por extensão, o uso social do museu. Essa expectativa tem a sua legitimidade ao defender o acesso

à arte como um direito de todos. Mas, se pensada em um contexto no qual diferentes valores e práticas culturais coexistem, pode redundar em uma atitude colonial, empenhada na sobreposição de um valor cultural sobre outros. Certamente, trata-se de uma situação ambígua, na medida em que a tentativa de reduzir desigualdades pode terminar no apagamento de diferenças. Diante disso, assegurar condições para que a mediação possa atuar de maneira menos paternalista e mais reflexiva, em meio a (ou mesmo facilitando) conversações culturais complexas, pode ser uma saída.

Isso significa considerar que a mediação pode (ou deve) trabalhar não só em relação aos interesses da instituição, mas sobretudo com as demandas dos públicos e comunidades diversos, de maneira não necessariamente populista, muito menos autopromocional, entendendo que o museu – quer queira, quer não – repercute uma esfera pública cada vez mais fragmentada e conflitiva. Além disso, a educação

precisaria, tanto melhor, ser percebida como uma investigação coletiva de longo prazo, baseada em processos colaborativos ou comunidades de aprendizagem, que se apresentam como lugares de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes, avaliados por suas consequências práticas – em vez de circunscrita a atividades pontuais, identificadas a um tipo de serviço.

Se entendemos que, entre as proposições da oferta cultural e as apropriações por parte dos públicos, existe uma considerável descontinuidade, cujos efeitos não podem ser pressupostos, sob o risco de se reproduzir relações de poder, as consequências práticas das interações entre arte e públicos não podem ser ignoradas. Para tanto, seria preciso que a mediação pudesse, entre outras coisas, deslocar-se entre quadros de referência, maneiras de enquadrar problemas, práticas de representação e sistemas de valores diversos; ampliar, em vez de resumir, o número de entidades, conectores e associações a

serem considerados; desdobrar problemas híbridos e emergentes; compor novos coletivos etc. – de maneira não só crítico-interventiva, como também descritivo-analítica, com direito a lugar na memória e arquivo da instituição.

Nos últimos anos, o campo da produção cultural foi atravessado de modo incontornável por problemáticas que a princípio excedem a disciplina artística, tais como: as guerras culturais e a ascensão da extrema direita; a plataformização da sociedade e a modelação das nossas formas de sentir, pensar e fazer pela internet; as políticas de representação e suas demandas por redistribuição de recursos e reparação histórica; a virada ontológica e a habilitação da agência dos não humanos frente às mudanças climáticas. Articular e desdobrar essas problemáticas são desafios dos quais o museu não pode se esquivar. Fortalecer o seu papel formador, com o apoio de um setor educativo preparado, em constante interação com as questões socioculturais emergentes, pode resultar numa contribuição significativa para esse processo.

Espaços de encontros, Espaços de educação

Tatiana Rosa

Inventar um outro Cais¹ no Espírito Santo e também ser satélite entre os estados da Bahia, Rio e Minas... Poder testemunhar a constituição do Cais das Artes e contribuir nos debates articulados a partir da temática sobre “O Papel Formador dos Museus: desafios e possibilidades pedagógicas” enquanto educadora, professora e pesquisadora do ensino da arte para as relações étnico-raciais me convoca a refletir sobre os desafios do acesso a espaços museais de estudantes do ensino básico público – municipal, estadual e federal. Também me leva a pensar sobre a importância da formação destes

para a constituição de público consumidor-propositor em diálogo com uma curadoria comprometida com um espaço democrático.

Meu caminho no ensino da arte e nos estudos das relações étnico-raciais me posicionaram enquanto uma militante e articuladora *do e no* ensino básico público. Atuo em um dos maiores municípios da Grande Vitória e testemunho as limitações de espaços que oportunizem experiências artístico-culturais. Poder provocar essas reflexões em espaços que pensam políticas públicas para cultura me é de grande importância.

¹ Nascimento, Milton; Bastos, Ronaldo. Cais, 1972.



É preciso que se erga uma estrutura de escuta para que o Cais das Artes seja um porto para todas as pessoas. Estamos tendo a possibilidade de inventar (um) cais! Por isso confabulamos os nossos sonhos para este novo porto.

Elaborei algumas questões para auxiliar nas reflexões que trouxe para o espaço de colaboração e de escuta pública para pensar o Cais das Artes. Me organizo, inicialmente, a partir da seguinte reflexão: *qual é o maior público de uma instituição museal? Para pensar sobre a ausência de subsídios no setor que mais soma em número de visitantes nos espaços museais. Em seguida, me reelaboro para pensar: a quem se direciona e se destina uma instituição museal como essa que está em processo de constituição? Podemos dizer que este espaço coaduna com a formação de público e a democratização dos acessos?*

Em que as instituições artístico-culturais podem contribuir para

o grande público na atualidade? Existem caminhos para o diálogo processual e colaborativo. Juntas, as instituições escolares – municipais, estaduais e federais – e culturais podem potencializar as suas ações na formação de um público consumidor-propositor. Em colaborativo, constituir um espaço das artes (e de encontros), um lugar que não tenha em seu registro (ou em seu limite) uma ideia única de museu – o colonial – no nome, o que já se configura com uma boa vantagem.

O principal desafio de instaurar uma prática curatorial em perspectiva passa pela compreensão de que o que estamos fazendo é política.²

Existem caminhos possíveis para o diálogo entre o espaço museal

e o escolar? Diante de tantas possibilidades exitosas e robustas entre a escola e os espaços artístico-culturais é limitado pensar a não possibilidade de articulação e diálogos efetivos entre essas instituições. Integralidade diz respeito a uma abordagem que busca as diferentes dimensões do sujeito: intelectual, física, emocional, social e cultural. Perdemos muito diante dos desafios de deslocamento e acesso às/aos artistas e instituições artístico-museais.

A centralidade de espaços artístico-culturais em nosso estado, além de dificultar o acesso, desafia uma formação estética-poética-política, crítica e responsável, nos diversos territórios que nos constituem, de modo democrático. São raros os “espaços de encontros” democráticos na Grande Vitória. *Como diminuir, então, a “centralidade” dos espaços*

artístico-culturais em nosso estado?

A minha primeira experiência em espaços de educação foi em território não-escolar e pude compreender que todo espaço de encontro é um espaço de educação. O que pude observar nas minhas experiências vividas nesses territórios – salvo as suas particularidades – é que são potentes laboratórios de articulação de repertórios, narrativas e de experiências poéticas fundamentais na constituição da criticidade de cidadãs e cidadãos, com diferentes modos de ver e pensar a nossa existência, em diálogo com os diversos campos das artes.

É preciso que se erga uma estrutura de escuta para que o Cais das Artes seja um porto para todas as pessoas. Estamos tendo a possibilidade de inventar (um) cais! Por isso confabulamos os nossos sonhos para este novo porto.

² Lima, Diane. “Não me aguarde na retina: a importância da prática curatorial na perspectiva decolonial das mulheres negras”. *Sur — Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 28, p. 245–257, 2018.

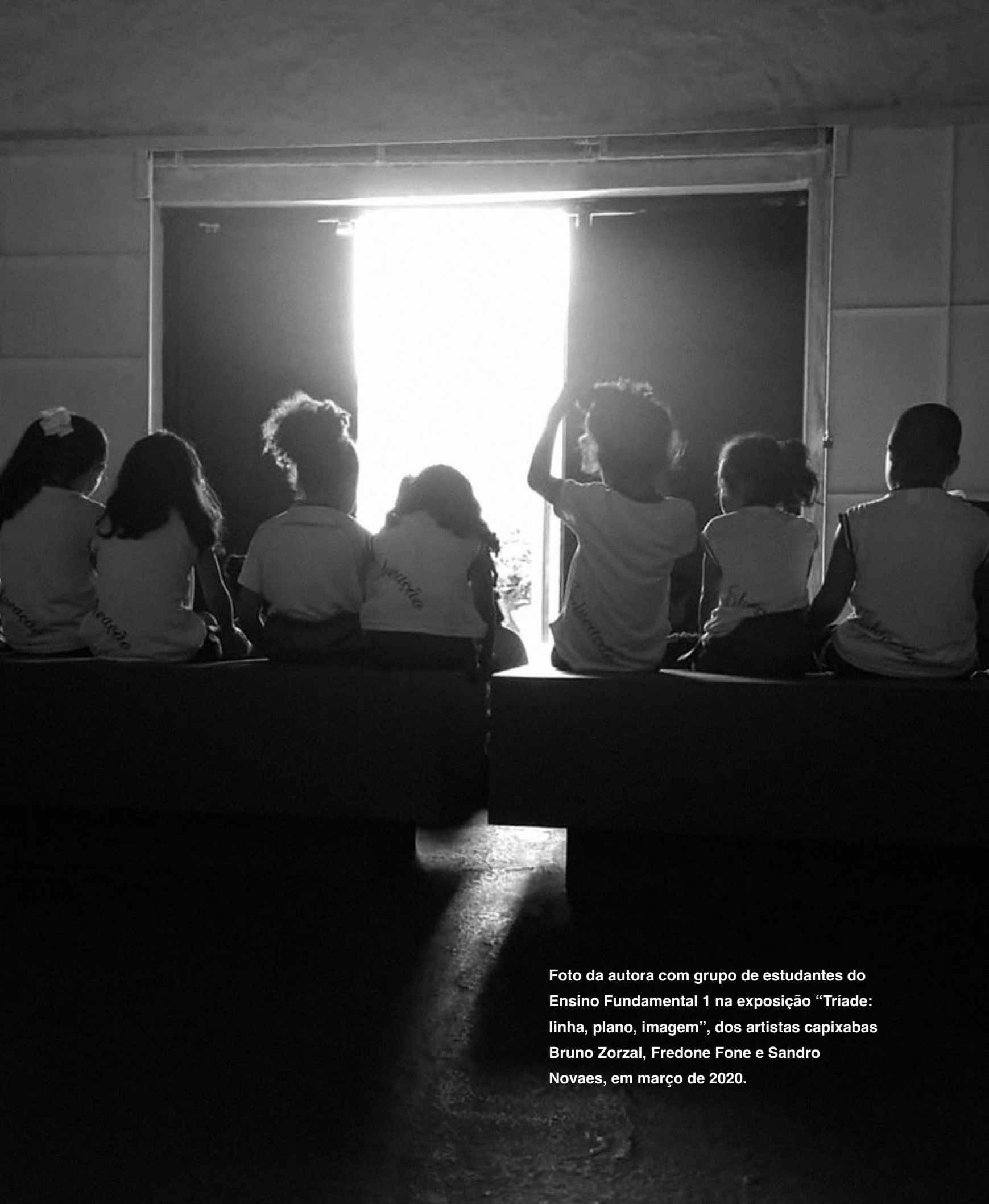


Foto da autora com grupo de estudantes do Ensino Fundamental 1 na exposição “Tríade: linha, plano, imagem”, dos artistas capixabas Bruno Zorzal, Fredone Fone e Sandro Novaes, em março de 2020.

O Cais das Artes como Cais da Educação

João Alegria

Pensar o Cais das Artes é também pensar o futuro da relação entre cultura, educação e trabalho no Espírito Santo.

Mais do que um novo equipamento cultural, o Cais é a possibilidade de fundar um lugar de encontro entre saberes e experiências, um território simbólico onde o aprender, o criar e o conviver façam parte de um mesmo gesto coletivo. Num tempo em que a educação corre o risco de se tornar abstrata e distante da vida real, o Cais das Artes pode ser o espaço que devolve à aprendizagem o seu sentido pleno — sensível, coletivo e transformador.

Aqui, a arte não será um adorno da escola, mas sua própria matéria-prima; e a educação não será uma função secundária da cultura, mas sua continuidade natural. O Cais das Artes também pode tornar-se o Cais da Educação — porto de chegada e de partida de um novo modo de ensinar e aprender, em que jovens, professores e artistas se reconhecem como criadores de futuro.

Venho de uma tradição que entende a educação como parte da cultura, não como algo separado dela. A educação é um dos processos da cultura, assim como o são as artes, as técnicas, os rituais e as formas



Mais do que um novo equipamento cultural, o Cais é a possibilidade de fundar um lugar de encontro entre saberes e experiências, um território simbólico onde o aprender, o criar e o conviver façam parte de um mesmo gesto coletivo.

de convivência que caracterizam os modos de vida de um povo. Educar é, portanto, participar de uma transmissão simbólica e material, que cria identidade, valores e sentidos coletivos, além de conhecimento.

Nessa perspectiva, não há divergência entre educação e cultura; há uma unidade formativa da vida social, um campo de expressões humanas que se prolonga tanto nas escolas quanto nos teatros, nas bibliotecas, nos museus, nas ruas e nos meios digitais. É sob essa lente que precisamos pensar a vocação educacional do Cais das Artes.

Vivemos um tempo de virtualização e empobrecimento

da experiência educativa. Mesmo antes da revolução digital, já se observava a redução da aprendizagem à leitura de textos e imagens fixas, quando, por exemplo, estudamos as características de uma planta nas páginas de um livro, em vez de observá-la viva, com as mãos, com o olhar e com o corpo inteiro. A escola, nesse processo, afastou-se das vivências culturais e sensíveis, concentrando-se em currículos excessivamente conteudistas. Essa desconexão tem um preço alto. Ela empobrece a curiosidade, o vínculo e a imaginação dos estudantes. É justamente a imaginação, a capacidade de projetar futuros e reinventar o presente

que se tornaram o principal motor da economia contemporânea.

As competências mais exigidas dos egressos da educação básica (criatividade, colaboração, resolução de problemas complexos e pensamento crítico) são exatamente aquelas que se desenvolvem com mais arte e cultura na escola. As linguagens artísticas ampliam as formas de expressão e ajudam o estudante a compreender o mundo em sua pluralidade.

O Espírito Santo tem avançado nessa direção com sua política de “Educação Integral em Tempo Integral”, que propõe o desenvolvimento do sujeito em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política. Essa concepção, presente nas “Diretrizes Operacionais para a Educação em Tempo Integral 2025”, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), converge plenamente com o que propomos ao pensar o Cais das Artes também como um espaço

integrador da aprendizagem e da experiência cultural.

O surgimento deste equipamento cria uma oportunidade inédita de colaboração entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado da Educação, para a implementação de formações técnicas e profissionais em nível médio nas áreas da cultura e da economia criativa. Essa proposta sugere que o Cais das Artes funcione como escola-laboratório, conectando estudantes, artistas, educadores e produtores culturais, ampliando seu escopo de atuação.

Ao pensar esse novo espaço, precisamos lembrar que as juventudes capixabas têm diante de si um enorme desafio: trabalhar e viver com sentido. A “Pesquisa do Observatório Fundação Itaú” mostra que o Espírito Santo é o terceiro estado do país em ocupações criativas e um dos mais promissores em rendimento médio na economia criativa. Isso significa que formar para a cultura é também formar para o

desenvolvimento econômico e para o trabalho digno.

O Cais das Artes pode se tornar um laboratório de inclusão produtiva, onde os jovens aprendam a desenhar seus projetos de vida por meio de experiências culturais, de práticas de economia solidária e de experimentações com as tecnologias criativas.

Um dos caminhos mais férteis é a criação de residências pedagógicas e criativas para docentes e artistas. Essas residências permitem o encontro entre mestres e aprendizes, entre professores da rede pública e profissionais da cultura, entre teoria e prática. Elas podem gerar itinerários formativos e cursos técnicos a partir de experiências concretas: exposições, performances, projetos de design, produções audiovisuais, ações comunitárias e intervenções urbanas. Trata

-se de retomar uma pedagogia da experiência, inspirada na

pedagogia da presença e no protagonismo juvenil, princípios centrais da educação integral capixaba.

Por outro lado, o Brasil Criativo, política nacional do Ministério da Cultura, afirma que cultura, natureza e criatividade são as maiores riquezas do país, as chaves de um outro desenvolvimento, fundado na sustentabilidade e na emancipação. O Cais das Artes pode materializar essa ideia: ser um equipamento sustentável, que forme jovens para as novas economias verdes e criativas, que produza conhecimento e renda, e que celebre a diversidade cultural do Espírito Santo.

Assim, o Cais das Artes se tornará não apenas um espaço de fruição, como também de formação e transformação — onde a arte, a educação e o trabalho se entrelaçam para construir um novo modo de viver e aprender.

Que o Cais das Artes nasça, portanto, também como uma

escola viva, aberta às juventudes e aos territórios, capaz de unir educação e cultura sob o mesmo horizonte: o da criação compartilhada. Um espaço onde o aprender volte a ter corpo, voz e sentido — onde o conhecimento se reencontre com a vida e onde a arte volte a ser o caminho para a liberdade e para o trabalho digno.

O Cais das Artes, ao se tornar também Cais da Educação, pode inaugurar uma nova etapa da história cultural e pedagógica do Espírito Santo. Mais do que um edifício, ele representa uma visão de mundo: a de que aprender é um ato criativo e a de que criar é um modo de aprender.

Em um tempo em que as fronteiras entre o trabalho, a cultura e o conhecimento se redesenham, o Cais pode ser o laboratório de uma nova economia da imaginação, onde o fazer artístico e o fazer educativo se confundem e se fortalecem mutuamente.

Que este seja, portanto, um porto de travessia: de uma escola que quer reencontrar a vida, de uma cultura

que quer reencontrar o comum, e de uma sociedade que quer reencontrar o sentido de educar e de criar para viver melhor.

O Cais das Artes é, antes de tudo, uma aposta na potência das juventudes capixabas e na força emancipadora da cultura como caminho para o trabalho, para a democracia e para o bem viver.



Diálogo aberto

Cais de todos

Seminário Cais das Artes

OEI

Da Revisão à Criação: a educação em um novo cais

Nathan Braga

Na arte contemporânea, o conceito de revisão tem ganhado destaque como um instrumento fundamental de reflexão. Nos espaços de arte e cultura, revisar quase sempre tem a ver com visitar modos de pensar, agir e representar que estruturaram, historicamente, o campo artístico. Assim, a revisão pretende-se como um gesto político e ético, voltado à reconstrução de narrativas e à ampliação das vozes agentes nesses contextos.

As revisões costumam se manifestar de diversas formas: como proposições de redemocratização dos espaços e acervos, que promovem o acesso e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados;

como ações de inclusão e valorização da diversidade, que desafiam padrões excludentes e hegemônicos; e como exercícios de crítica institucional, que interrogam práticas e atitudes de profissionais do sistema das artes.

No que diz respeito às obras e, mais especificamente, aos artistas, as revisões atuais estão frequentemente associadas a revisões estéticas que, por meio de práticas decoloniais, propõem a valorização das estéticas não hegemônicas, aquelas antes excluídas das programações, exposições e expografias. Essas iniciativas não apenas ampliam o repertório visual e conceitual da arte, como também questionam os



O Cais das Artes pode se tornar um território de invenção constante, onde a autonomia do projeto educativo seja incentivada como um laboratório vivo de experimentação contemporânea e como um cais para os sonhos que ali venham a atracar.

critérios históricos de legitimidade e visibilidade que moldaram o campo artístico ocidental.

Esses processos se entrelaçam com as perspectivas contemporâneas assumidas e tensionadas pelos agentes das artes, frequentemente sustentadas por uma espécie de acordo tácito. Tal acordo, ainda que acolha as revisões como instâncias críticas, tende a absorvê-las e a reconfigurá-las dentro das próprias lógicas do sistema, transformando o gesto contestatório em parte integrante de sua operação e, por vezes, neutralizando seu potencial transformador. Mesmo assim, valorizamos, exaltamos, recompensamos e discutimos essas tentativas.

Talvez o mesmo não se verifique quando voltamos o olhar para os contextos educativos presentes nos espaços culturais e artísticos institucionais.

Se, nas práticas curatoriais e artísticas, a revisão vem sendo incorporada como gesto político e ético, nos setores educativos essa incorporação nem sempre se manifesta com a mesma intensidade ou liberdade. Surge, então, uma série de questões fundamentais: qual é, afinal, a perspectiva contemporânea que orienta os projetos educativos desses espaços? De que modo esses programas têm dialogado com os debates atuais sobre descolonização do saber, pluralidade epistemológica e produção coletiva de conhecimento?

É preciso interrogar até que ponto conceitos como conhecimento encarnado, desobediência epistemológica e abandono das formas tradicionais de ensinar e fazer têm sido efetivamente incorporados ao cotidiano das equipes educativas, aquelas que lidam, de maneira direta e constante, com o público, mediando experiências e desejos. Em muitos casos, tais equipes continuam operando sob modelos pedagógicos normativos, baseados em uma lógica transmissiva e hierárquica de conhecimento, que reproduz, ainda que de modo sutil, as mesmas estruturas hegemônicas que a arte contemporânea busca tensionar.

Além disso, é comum que as próprias instituições culturais e, por vezes, os artistas, mantenham com os setores educativos uma relação marcada pela subalternização. O educativo é, frequentemente, compreendido sob a ótica do serviço, reduzido à função de mediação operacional, em vez de ser reconhecido como um campo autônomo de

pensamento e criação, produtor de narrativas, pesquisas, objetos e proposições. Essa lógica de subjugação revela o desafio persistente de integrar, de forma efetiva e ética, o educativo às dinâmicas críticas e poéticas que atravessam o dia a dia de uma instituição, reconhecendo nele não apenas um espaço de tradução, mas um território de produção simbólica e política.

Pensar em educação nos espaços de arte hoje implicaria reconhecer a necessidade de práticas que se abram à escuta ativa, à experimentação coletiva e à negociação de sentidos. Trata-se de deslocar o papel do educador de mediador de conteúdos para coautor de processos de saber, em diálogo com os públicos e com as múltiplas formas de conhecimento que emergem desses encontros. Nesse sentido, a revisão, quando aplicada ao campo educativo em instituições culturais, não se reduz a um ajuste metodológico, mas configura-se como uma transformação ética, política e sensível das relações entre instituição, público e saber.

Como um espaço em construção e com a proposição de diálogo aberto, o Cais das Artes tem uma oportunidade rara e potente: transformar a revisão em criação. Nele, o desafio não será questionar as velhas formas de fazer, mas criar, implementar e experimentar práticas educativas, curatoriais e artísticas contemporâneas desde a sua concepção. Neste contexto, o Cais das Artes pode se tornar um território de invenção constante, onde a autonomia do projeto educativo seja incentivada como um laboratório vivo de experimentação contemporânea e como um cais para os sonhos que ali venham a atracar.



Cais das Artes: de quem ensina-aprende¹

Este texto não foi escrito do alto de um farol. Resulta de uma rede que lê o mundo, as pessoas e as palavras; uma trama que pesca histórias. Estamos – eu, você, nós – todos e todas implicados nas ondas do vai e vem desse processo de vir a ser.

Segundo René Barbier², o conceito de implicação, no campo das Ciências Humanas, pode ser definido como engajamento pessoal e coletivo. O investimento decorrente disso é parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento. Esse é um dos pontos de intersecção entre professoras e professores: o saber.

São elas e eles que, ao lado de Paulo Freire³, apostam que

“ensinar exige rigorosidade metódica, sem, contudo, abandonar a boniteza”. Tanto na escola quanto para além dela. O Cais das Artes é esse complexo cultural de chegadas e partidas, mas, sobretudo, onde os sonhos ancoram e seguem de vento em popa. Boniteza, mesmo, é o Cais aberto!

Com esse objetivo, professoras e professores foram convidados a compor o primeiro Grupo de Trabalho (GT), após o Seminário, cuja finalidade foi pensar a relação desse Cais com sua gente, seu território e o continente. A ideia era estar “Por Dentro do Cais” para construir um “Cais de Todos”. Desse movimento – de acolhida, visita guiada e

¹ Este texto foi redigido por Lilian Menengucci a partir do Grupo de Trabalho realizado com professoras e professores da Rede Pública de Ensino do Espírito Santo no dia 28 de novembro de 2025.

² Barbier, René. A pesquisa-ação na instituição educativa. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

³ Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

verbalização grupal – chega-se ao “Cais das Artes: de quem ensina-aprende”.

Nossa rota de navegação é composta por alguns pontos de referência, como: maré alta (apresentação dos participantes e suas expectativas em relação ao complexo cultural), mergulho (visita guiada por todo o complexo) e oceano de possibilidades (momento de conhecer as proposições dos participantes para o complexo).


Maré alta

O GT era composto de profissionais da educação com formação em diversas áreas, como Arte, Biologia, Geografia e Pedagogia. De modo geral, e ainda sem conhecer o espaço edificado do complexo, o GT foi convidado a apresentar suas expectativas acerca desse espaço. A bússola do grupo apontou um destino para o Cais das Artes: espaço formador para a arte, cultura e para a própria identidade capixaba, um local de aprendizado, troca e convivência – acessível, inclusivo,

diverso, criativo e sustentável – entre gerações.

Nessa travessia, outros caminhos foram considerados:

- Valorização do espaço formador: todos destacaram o “Cais” como local importante para a formação artística, cultural e da identidade capixaba, visto como ambiente de aprendizado, convivência e troca entre gerações.
- Desejo de pertencimento e inclusão: existe o desejo de que o espaço seja acessível, que “fure a bolha” e alcance pessoas de diferentes lugares e realidades.
- Compromisso com a educação: os relatos mostraram que tanto professoras quanto professores assumem a arte e a cultura como fundamentais para o desenvolvimento das crianças e para a formação cidadã.
- Interesse em proporcionar experiências: há a preocupação em levar estudantes, familiares e conhecidos para vivenciar o espaço, ampliando horizontes e promovendo novas experiências.

- 
- **Visão de integração entre gerações:** o espaço é visto como potencial para reunir crianças, jovens e idosos, promovendo a troca de saberes e experiências entre grupos intergeracionais.
 - **Busca por oportunidades e inovação:** professoras e professores querem aproveitar o espaço para realizar aulas de campo, oficinas, eventos culturais e atividades que vão além do cotidiano escolar.

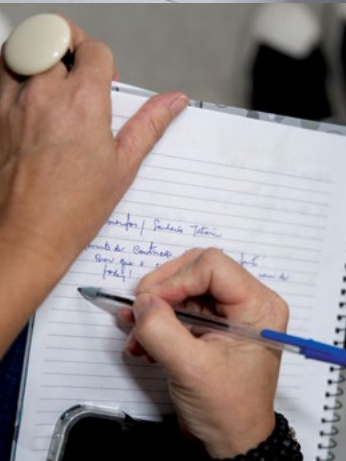
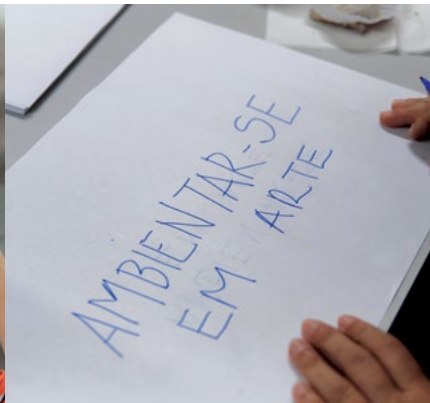
Esses pontos mostram que professoras e professores compartilham valores, expectativas e sonhos relacionados à educação, à arte, à cultura e ao papel transformador de espaços como o Cais das Artes.

Mergulho

Mergulhar é atravessar a superfície e expandir-se em novas dimensões. Nesse momento, mediado pelas profissionais da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o GT, mesmo no chão firme do Cais, flutuou entre correntezas de descobertas.

Um espaço-tempo de espanto e contemplação. Instante suspenso em que os olhares, curiosos como os da infância, se abriram para o inesperado. O cotidiano se dissolveu e o novo se revelou. O templo da fruição se ergueu: prazer do encontro entre quem contempla e aquilo que se revela. As paredes





cinzas, brutas e imponentes da edificação transformaram-se ao refletir as cores, as texturas e as intensidades das pessoas que ensinam-aprendem. Espectadores fundiram-se com a obra.

O belo, o estranho e o novo habitaram o pensamento e alimentaram a produção de sentidos. O vivido revestiu de carne o esqueleto arquitetônico. Do sopro do vento, o espírito da criação moveu-se sobre a face das águas. Tudo isso me fisgou.

Oceano de possibilidades

Concluído o mergulho, é momento de emergir. Retornar à superfície, respirar novos sentidos e revelar o que foi encontrado, compartilhar

o aprendizado e a beleza da travessia.

No percurso educativo, artístico ou existencial, emergir é ter a generosidade de trazer à luz o que se aprendeu. Movimento essencial para quem deseja transformar-se e transformar o mundo ao redor. Coisas do aprender-ensinar inerentes a quem ensina-aprende.

Na sala de acolhimento, professoras e professores, de corpos salobros de maresia, inspirando o cheiro bom do café fresco coado, compartilharam suas percepções e sensações. Entre papéis em branco, hidrocores coloridas, palavras, imagens, silêncios e boas gargalhadas, registraram suas vozes.

A conversa revelou que as pessoas participantes enxergam o Cais das Artes como espaço em construção coletiva, onde educação e cultura se entrelaçam de diversas formas. Alguns dos principais pontos levantados nesse oceano de possibilidades foram:

- **Educação e cultura como experiências integradas: o GT ressaltou que a visita ao Cais das Artes não começou apenas ao entrar no prédio, mas desde o momento em que se prepararam para sair de casa. Isso ampliou a noção de educação para além do espaço formal, valorizando o percurso, as vivências e as trocas culturais que aconteceram no caminho e no próprio local; a docência como mediação cultural: há valorização da professora e do professor não só como educador(a), mas também como artista, consumidor(a) e produtor(a) de cultura. O(a) professor(a) é visto(a) como alguém que leva os alunos para dentro do espaço cultural, promovendo uma formação que ultrapassa o ensino tradicional e**

incentiva o contato direto com a arte e a cultura;

- **Espaço de pertencimento, acessibilidade, inclusão e diversidade: o GT discutiu a importância de o Cais das Artes ser acessível a todos: crianças, pessoas com deficiência, idosos, moradores de diferentes municípios e classes sociais. Questionaram a segurança dos corpos, especialmente infantis, e os espaços destinados para exposições, oficinas, as dimensões de acessibilidade cultural, o acesso financeiro e a necessidade de ambientes acolhedores e coloridos, que estimulem a convivência e a expressão de diferentes públicos. Consideraram, ainda, a necessidade de espaços verdes, a valorização do meio ambiente e a sustentabilidade;**

- **Cultura como construção coletiva e em disputa: o Cais das Artes é percebido como um “quadro em branco” a ser preenchido coletivamente. O GT entende que o espaço cultural está sempre em disputa e**

transformação, sendo apropriado e ressignificado por quem o frequenta. A cultura, nesse contexto, é viva, dinâmica e construída a partir das demandas, críticas e sonhos da comunidade;

- **Educação para a cidadania e o pertencimento: a conversa destacou que a participação ativa de professoras, professores e da comunidade na construção do Cais das Artes fortalece o sentimento de pertencimento e cidadania. O espaço é visto como lugar de memória, cura, inclusão e resistência, onde diferentes vozes podem se manifestar e contribuir para a formação cultural e social.**

Para Edgar Morin⁴, “é no cinema, no teatro, na literatura, na poesia, na música, nas artes, que se pode viver a experiência da complexidade humana”. O autor, as professoras e os professores do GT destacam que as artes são espaços privilegiados para os processos de formação humana e cultural.

Nas artes, experimentamos emoções, reflexões, encontros e descobertas que transcendem o cotidiano. Ideia que dialoga profundamente com os aspectos levantados pelo GT ao considerar o Cais das Artes como espaço de construção coletiva, integração de experiências, acessibilidade, diversidade e pertencimento. Na percepção das professoras e dos professores participantes, a relação entre educação e cultura no Cais é atravessada pela religação de saberes, pelo protagonismo docente como mediador cultural, pela busca por acessibilidade, inclusão e diversidade, pela construção coletiva do espaço e pelo fortalecimento do pertencimento e da cidadania.

O Cais das Artes é visto como espaço aberto à transformação, onde educação e cultura se alimentam mutuamente e são fundamentais para a formação de sujeitos críticos e atuantes na sociedade. O Cais das Artes é lugar de chegar-partir e ficar.

⁴ Morin, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Conexão: Cais das Artes e a cidade

A mesa temática **Conexão: Cais das Artes e a cidade**, realizada na tarde de sábado, 18 de outubro, propôs uma reflexão sobre os modos de ocupação do Cais das Artes a partir de sua arquitetura, abordando a construção curatorial do museu e seus possíveis diálogos com a cidade, seus territórios e dinâmicas culturais. Nesse sentido, algumas questões foram levantadas: como garantir a participação e a colaboração de diferentes agentes na construção curatorial do Museu como um todo? De que forma o Cais pode estabelecer vínculos vivos com os espaços públicos ao seu redor

— praças, ruas, a Baía de Vitória? Quais possibilidades existem para ativar relações entre arquitetura, paisagem e práticas culturais que já acontecem no território? Como ocupar o Cais de maneira sensível ao contexto urbano, às memórias locais e às práticas culturais existentes, sem se sobrepor a elas? Como o Cais pode se tornar um espaço de escuta, encontro e criação coletiva, em permanente diálogo com a cidade? Como o Cais pode dialogar com os territórios? Como Cais pode se transformar num lugar de encontro?



SUSPEITOS
NA MIRA

A periferia quer protagonismo

Fredone Fone

Foi com o skate debaixo dos pés que passei a ler a cidade de uma forma mais ampla.

Conhecer novos bairros fazia parte do processo toda vez que eu saía de Serra Dourada com meus amigos em busca de lugares para mandar manobras, assistir a um campeonato, trocar ideia e pegar emprestada uma revista ou um vídeo de skate em VHS. Assim, a gente ocupava e, de algum modo, reinventava a cidade para além dos muros do bairro. Nossa lista de lugares favoritos incluía escadas, rampas de estacionamento, quebra-molas, asfaltos, guias e canteiros de mármore.

No nosso ir e vir em cima do skate era comum observar as construções de dentro do ônibus. No final da rua Juruá, onde tem um pequeno beco que dá acesso ao Tobogã, principal entrada do bairro, dava pra ver flashes da passagem dos ônibus 811, 812, 813 ou 858. No percurso, que passava pelo Terminal de Laranjeiras, com o passar dos anos, os graffitis — como aqueles das fitas de skate em VHS — se multiplicavam pelas avenidas, que normalmente já tinham placas com nomes de outra gente.

O espaço urbano que a gente via de cima do skate carregava detalhes de uma arquitetura marcada por fronteiras invisíveis.



Boa parte da periferia sonha com esse tipo de conexão com o Cais, mas não apenas como plateia. Quer estar na gestão, expor sua arte, subir nos palcos, fazer parte. A periferia quer protagonismo.

Realidades e desafios muito diferentes daqueles que a gente já estava acostumado a encarar. Arquitetura de bairro chamado de nobre é outra parada e influencia diretamente no modo como a presença da periferia é percebida ali, onde qualquer aspiração de protagonismo é vista como algemável. Saltar essas barreiras acabou virando mais um desafio sempre que a juventude marginalizada se atrevia a deixar sua marca numa cidade em disputa.

Cresci influenciado por exemplos próximos: Régis, Varas, Cecão e, depois, Cyborg, Chicão e tantos outros que já espalhavam seus desenhos e assinaturas

nos muros. Gente que se lançou em manobras arriscadas ao reivindicar, com a tinta, o direito de ter seu nome na lista de autores da cidade. A cultura hip-hop, que conheci na segunda metade dos anos 1990, também a partir do graffiti, conectou uma geração de filhas e filhos de operários, moradores de bairros, como os de Serra Dourada. Foi por meio dessa cultura, que possibilitou nossos encontros nas ruas e praças, que se formaram coletivos robustos. Foi assim que muitos de nós aprenderam com figuras importantes da cultura hip-hop, como Sagaz, Zumba, Pandora, GL Preto, Renegado Jorge e tantos outros. Na laje da casa do L.Brau — ou Laje da

BSP (Bicho Solto Produções) — foi onde a gente se aprofundou e entendeu o real sentido de comunidade que o hip-hop carrega.

A Laje era ponto de encontro, um lugar para ouvir rap, assistir a documentários, folhear revistas, ensaiar, gravar e participar da tradicional Batalha da BSP. A estante de LPs, a cabine de gravação, a pintura das paredes — tudo feito na base do “nóis por nós”. L. Brau compartilhava aprendizados de anos de atuação. A laje da BSP foi onde a gente pôde sonhar em ser artista e, a partir dali, muitos subiram em um palco pela primeira vez.

Que o Cais das Artes, símbolo de poder, de arquitetura imponente, não congestionue o caminho de pessoas como as que diariamente carregam a areia, o cimento, a pá, o martelo, o serrote, a furadeira, o torquês, a chibanca, o ponteiro. Um equipamento conectado com a cidade precisa ter em sua lista de protagonistas pessoas que saibam o que é suar de pé num

daqueles ônibus que carregam quem sai das periferias da região metropolitana para trabalhar em seu canteiro de obras. Se não estiver disposto a aprender com o jeito povão de ser cidade, com quem está presente desde o primeiro buraco cavado naquele pedaço de terra, o Cais das Artes é dispensável. Eu torço pelo oposto disso.

Já não se pode mais ignorar a força da cidade que pulsa nas margens, no asfalto, nas lajes, nos muros, nos becos, longe do controle institucional. É fundamental respirar fora da bolha, fora da ilha. E, por que não, fora de Vitória, fora do horário de trabalho, fora do horário de pesquisa.

Essa parcela da cidade precisa ser bem recebida — e não apenas vista como visitante, como o público-alvo que vai assinar a lista de presença. Seu protagonismo precisa ser respeitado.

Boa parte da periferia sonha com esse tipo de conexão com o Cais,

**mas não apenas como plateia.
Quer estar na gestão, expor sua
arte, subir nos palcos, fazer parte.**

**A periferia quer protagonismo.
É dessa conexão que estamos
falando?**

**Porque o contrário disso
é construir, mais uma vez,
arquiteturas para manutenção
da distância.**

Uma ponte viva para as periferias

Pandora da Luz

O Cais das Artes, com seu imponente potencial arquitetônico e cultural, está diante de uma oportunidade singular: transcender à mera função de equipamento de referência para se tornar um catalisador de integração urbana, democratização cultural e, sobretudo, transformação social para a juventude das periferias de Vitória. Para que essa visão se concretize, é imperativo que sua atuação migre de uma lógica centrada no edifício para uma estratégia verdadeiramente territorial, colaborativa e participativa. É preciso reconhecer e valorizar os saberes, as trajetórias e as potências culturais já florescentes nas comunidades. A verdadeira conexão entre o

Cais das Artes e as periferias parte de duas demandas: desconstruir barreiras e tecer novas e produtivas conexões. Isso envolve um movimento deliberado de *escuta ativa* da cidade, estendendo-se além do centro e alcançando cada território que se traduz em uma *descentralização ativa*: o Cais deve ir ao encontro do público, ocupando ruas, praças, escolas e centros comunitários com ações culturais regulares ou sazonais.

Para isso, é fundamental dismantelar as barreiras existentes, o que requer um esforço em direção à acessibilidade física e econômica, ou seja, oferecer programação gratuita ou de baixo custo, com



Ao integrar acessibilidade física, descentralização programática, formação e trabalho, comunicação de proximidade, curadoria com coautoria e uma governança verdadeiramente participativa, o Cais se estabelece como uma plataforma dinâmica de circulação de saberes, afetos e oportunidades.

horários estendidos e logísticas pensadas para quem reside longe do centro. Isso inclui também transporte direto, bilhete social, rotas de bicicleta seguras e, se possível, o uso do sistema aquaviário. Além disso, envolve um esforço de comunicação e acolhimento, pois a divulgação deve ser estratégica para as periferias, utilizando canais e linguagem do território, como o uso de rádio comunitária, bikes de som, cartazes em pontos de fluxo, grupos de WhatsApp, influenciadores locais, igrejas, escolas, feiras, coletivos. A infraestrutura do Cais, por sua vez, precisa ser acolhedora e inclusiva, com guarda-volumes, áreas de descanso, Wi-Fi livre e acessibilidade

universal (banheiros adaptados, rampas). O objetivo é reduzir a “distância prática” e a “distância psicológica”, tornando a visita ao Cais um gesto simples e familiar para todos.

A atuação do Cais das Artes deve ser pensada a partir da cocriação e do protagonismo periférico. O Cais deve atuar como facilitador e coprodutor, construindo relações de reconhecimento e coautoria com coletivos, artistas, educadores e lideranças comunitárias das periferias. Isso envolve a construção de estratégias de valorização e visibilidade, a fim de garantir espaço e palco principal para as práticas culturais periféricas, superando estigmas

e promovendo a diversidade. Programas de cocriação devem posicionar artistas da periferia como protagonistas, não apenas como convidados. Outra estratégia possível é instituir uma governança participativa, a partir de conselhos e escutas públicas com cadeiras para representantes de coletivos, juventudes, mulheres, pessoas negras, povos tradicionais e pessoas com deficiência. Esses conselhos devem participar ativamente da concepção, curadoria, difusão e avaliação das ações, garantindo que as programações reflitam a riqueza e a pluralidade cultural da cidade.

Para além da fruição cultural, o Cais tem o potencial de ser um motor de desenvolvimento econômico e profissional nas periferias, a partir de iniciativas de formação, empreendedorismo e geração de oportunidades, como trilhas formativas em que se oferecem cursos gratuitos em áreas técnicas da cultura, como iluminação, sonorização, cenotécnica, produção, mediação cultural, montagem de exposições,

comunicação comunitária, gestão de projetos e empreendedorismo criativo. A partir da instalação de um banco de talentos e da contratação afirmativa, cria-se um cadastro ativo de jovens formados e estabelecem-se metas de contratação local para eventos, montagens, lojas e manutenção do próprio Cais. Laboratórios de inovação também funcionam muito bem, estimulam startups criativas, estúdios de audiovisual, game labs, design e moda, oferecendo mentorias, microcrédito e feiras de negócios. Isso cria trajetórias profissionais concretas, gera renda e amplia a cadeia cultural local. Além disso, é importante refletir sobre a inserção no mercado, a partir de iniciativas de mentoria e orientação de carreira, que podem se desdobrar em programas de portfólio, pitch, gestão de tempo e finanças, com a possibilidade de bolsas para garantir a permanência dos participantes e estimular o desenvolvimento socioemocional.

A programação não deve ser estática, mas sim um fluxo

constante de iniciativas que irradiem para a cidade. Elas podem se constituir como “Circuito Cais nas Quebradas”: festivais descentralizados, ocupações artísticas, cine debates, intervenções de arte urbana, bibliotecas e exposições itinerantes em praças e escolas públicas. Mas também envolvem logísticas especializadas, como unidades móveis, nas quais ônibus ou vans equipados para oficinas de diversas linguagens artísticas e técnicas levam a estrutura do Cais diretamente aos bairros. Essas ações descentralizadas também podem ser realizadas a partir de residências comunitárias para artistas e técnicos que desenvolvam projetos com as comunidades, e não apenas para elas, com contrapartidas pactuadas em conjunto. É necessário pensar sobre questões de acesso, e um meio que tem sido praticado é a partir de editais de microprojetos para fomentar coletivos periféricos com burocracia simplificada, mentoria e acompanhamento técnico. Além disso, é necessário promover o

encontro de diferentes culturas e perspectivas, concebendo eventos-ponte, como mostras e festivais que intencionalmente misturem públicos e repertórios do centro e da periferia, fortalecendo o orgulho local e a sinergia entre cultura e turismo, inclusive por meio de roteiros culturais que conectem o Cais a pontos turísticos periféricos como Ilha das Caieiras ou Jesus de Nazaré.

Para garantir a confiança e a continuidade deste processo, a gestão do Cais deve pautar-se pela transparência e por indicadores claros. Eles podem se concretizar a partir de práticas de avaliação e feedback, sendo realizadas de forma periódica e cujos resultados, oportunidades e próximas ações sejam comunicados de forma transparente. Também é importante haver o monitoramento de métricas de impacto. Isso pode se realizar a partir da publicação de metas, orçamentos e relatórios semestrais abertos, com indicadores como número de participantes por território,

presença juvenil, diversidade de público, frequência de retorno, quantidade de ações nos bairros e pesquisas de satisfação. Parcerias estratégicas por meio de pactos com o poder público e privado devem ser firmadas para garantir mobilidade, segurança cidadã, fomento e cotas de investimento em ações territoriais.

Conectar o Cais das Artes às periferias é mais do que um projeto; é um processo contínuo de aproximação, confiança e cocriação. Ao integrar acessibilidade física, descentralização programática, formação e trabalho, comunicação de proximidade, curadoria com coautoria e uma governança verdadeiramente participativa, o Cais se estabelece como uma plataforma dinâmica de circulação de saberes, afetos e oportunidades. Assim, ele se consolida como um bem público de referência, capaz de reduzir distâncias, abrir futuros promissores para a juventude e reconfigurar a paisagem cultural capixaba com justiça, diversidade e uma potente energia coletiva.



Do lado de cá

Kleber Frizzera

*Vem aí dias piores,
O tempo adiado até nova ordem
surge no horizonte¹*

Compreender as conexões urbanas do Cais das Artes exige investigar a formação da cidade de Vitória, suas relações com o mundo, com o território e com os povos que aqui se estabeleceram.

A povoação se fixou no outeiro; os trapiches, junto ao mar; o casario lado a lado, se protegendo dos perigos e da sombra da tarde; o acesso ao interior proibido, por ordem régia – “ninguém passe a

fazer descobertas de minas no Espírito Santo”²–; isolamento que continuou após a independência e manteve Vitória, na visita de Saint Hilaire, “muito pequena, e é com muita condescendência que se dá o nome de praça à encruzilhada enlameada”³.

Ficaram impressos, por séculos, nos seus chãos, as marcas do medo e de violências, impostas aos povos originários, escravizados, imigrantes, trabalhadores, às mulheres e aos negros, registros de muitos projetos fracassados, de sonhos abandonados.

¹ Bachmann, Ingeborg. *O tempo adiado e outros poemas*. São Paulo: Todavia, 2020.

² Moraes, Neida Lúcia Borges de. *O Espírito Santo é assim*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

³ Bachmann. *O tempo adiado e outros poemas*.



Hoje temos a oportunidade de erguer um outro cais, transfigurado, um Cais das Artes, um cais público, sem muros e mais receios, debruçado na água, um cais plantado nos limites do eterno e do provisório, um cais de pedra, que ilumina e ordena o local e as coisas terrenas.

Em 1993, tive a oportunidade de estar com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, junto à Baía de Vitória, onde seria erguido o Cais das Artes, quando propunha intervenções para a cidade provinciana abrigar atividades internacionais. “Uma cidade porto é sempre uma cidade cosmopolita”, me falava.

De pé, neste terreno, Paulo virou-se para o lado do mar e me afirmou — “a África” — e deslocando o corpo para o outro lado, da cidade, para os montes que encerram o sítio, descreveu: “logo ali, após as matas, nossos irmãos, o mundo latino-americano”, e completou: “Vitória

é o portal que liga a África à América Latina, articula os povos africanos com os povos latinos, uma relação sul-sul, que se opõem à dominação norte-sul, da colonização e do imperialismo”.

Vitória é o lugar possível desse encontro, e o Cais da Artes é a promessa deste seu desejo. Suspenso do chão, o edifício do Museu permite que o espetáculo dos navios, assinala Paulo Mendes da Rocha, “faça parte das exposições”⁴, e a luz clara que se reflete na praça, diz Camillo Sitte, “irá libertar a alma da solidão e do medo do vazio”⁵, iluminando os corpos, os espíritos e acendendo o olhar.

⁴ Fala endereçada diretamente do arquiteto ao autor do texto.

⁵ Sitte, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.

Mas o que faz com que, quando olhamos o horizonte, muitos identifiquem seus limites e outros o que existe além das fronteiras? “Não basta ver para ver, é necessário olhar o que se vê”⁶, confirma Pe. Antônio Vieira. A cidade de Vitória reproduziu esta ambivalência, entre o lugar, recinto da deusa Héstia, e o longínquo, acessível pelos movimentos dos navegantes, amigos de Hermes.

O Cais das Artes abriga, protege das fragilidades humanas e do planeta, oferece caminhos ao devir, articula o próximo com o distante, o local com o universal, o presente com o futuro, é uma passagem entre o familiar e o estranho.

Este jogo do finito e do infinito é uma paixão do real, um padecer o real, qualidade dos desenhos de Paulo Mendes da Rocha, onde a linha do horizonte delimita, confere solidez à vida, à sua

imperfeição e finitude, em uma posição trágica diante do mundo. Mas também estes desenhos riscam um campo dos desejos, uma esfera que encerra um pertencimento e que, ao mesmo tempo que tensionada, se expande, finalmente rompida ao infinito pela imaginação e pela razão.

O porto e o cais, em Vitória, se configuram como um espelho de dupla face: reflete a cidade provinciana, suas dores, medos e perdas; e, do lado do mar, reproduz um mundo sem fronteiras, ambiguidade que se repete, entre um salto no escuro e uma política conservadora.

*Aprendi o segredo da vida
Vendo as pedras que choram
sozinhas
No mesmo lugar⁷*

Hoje temos a oportunidade de erguer um outro cais, transfigurado, um Cais das Artes,

⁶ Sermão da Quinta-feira da Quaresma de Padre Antônio Vieira. Disponível on-line.

⁷ Seixas, Raul. Medo da Chuva, 1974.

um cais público, sem muros e mais receios, debruçado na água, um cais plantado nos limites do eterno e do provisório, um cais de pedra, que ilumina e ordena o local e as coisas terrenas.

Aqui, observamos os movimentos das marés, das embarcações que vão e voltam, das estações que retornam a cada ano, nos conectamos ao mundo e nos assentamos na terra, somos universais e somos identidades locais, lançamos nossas cartas ao futuro. “Vitória, com seus navios de bandeiras coloridas ao vento no cais espera por ele”⁸, escreveu Amylton de Almeida.

Uma única proposta é que uma sala deste edifício seja dedicada aos desenhos de Paulo Mendes da Rocha, capixaba, nascido em Vitória, onde visitantes possam conhecer os riscos originais do projeto. E três poesias, que falam deste lugar. A primeira de Antônio Carlos Jobim, na música “Wave”:

*Da primeira vez era a cidade
Da segunda, o cais e a eternidade*⁹

**Uma outra, de Álvaro de Campos,
em “Ode marítima”,**

*Todo cais é uma saudade de pedra.
ah! a frescura das manhãs que se
chega,
e a palidez das manhãs em que se
parte.*¹⁰

**E no romance “Blissful Agony”, de
Amylton de Almeida,**

*Na baía, alguém irá passear de
barco.
Os navios no cais. A brisa sopra.*¹¹

Estas poesias somam os encantamentos, do comum e do extraordinário da cidade, falam de suas novidades e repetições, se deslocando com as brisas, “como os navios de bandeiras coloridas ao vento no cais”, a informam excepcional, no cotidiano e no maravilhoso, como no Cais das Artes, onde desembarcam

⁸ Almeida, Amylton de. *Blissful Agony*. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Vitória, 1972.

⁹ Jobim, Antonio Carlos. *Wave*, 1967.

¹⁰ Pessoa, Fernando. *Ode marítima: poemas de Álvaro de Campos*. Lisboa: Relógio d’Água, 2013.

¹¹ Almeida. *Blissful Agony*.

estranhas notícias de além-mar e exportamos e apostamos nossas artes, culturas e amores.

“Uma cidade são também os seus sons, cheiros e cores”¹², escreve Leonardo Padura, assim como recuperar o gosto, quando ainda era “água por todos os lados”, reviver o sabor da fundação e os brilhos dos múltiplos tempos, seus muitos sonhos e pecados, submersos os prazeres e as sombras melancólicas que escurecem as tardes do centro histórico? Hoje vivemos novas possibilidades, em um novo cais, assentado em memórias coletivas, de Paulo Mendes da Rocha e de todos os meninos e meninas que, pés na areia, lançaram os seus longos olhares ao horizonte.

Hoje, iguais e diferentes, juntos aos ruídos das ondas, ao cheiro do mar, na sombra da Penha, aspirando os ventos do futuro, diante das guerras, das desigualdades e ódios,

da destruição do planeta e da exploração do trabalho, diante do tempo que nos resta, seremos capazes de explorar as potências e gozos deste lugar?

Sigamos Amylton de Almeida:

*Vitória com seus navios de bandeiras
coloridas ao vento nascera,
para caber no mundo,
Este é o instante que nada mais há a
ser dito.*

*Este é o instante em que se ouve o
coração do mundo.¹³*

¹² Padura, Leonardo. *Água por todos os lados*. São Paulo: Boitempo, 2020.

¹³ Almeida. *Blissful Agony*.



O Cais das Artes e a cidade em fluxo

Carolina Ruas

Há cerca de 15 anos, a cidade de Vitória assiste emergir, às margens de sua baía, um gigante de concreto que, ao contrário dos navios que entram e saem rumo a um dos complexos portuários mais ativos do Brasil, ergue-se estático e imponente, ancorado sobre as águas da capital. O movimento do Cais da Artes não é físico, mas simbólico, parte do deslocamento do espectro do projeto para o espectro de um equipamento cultural capaz de potencializar a produção artística capixaba e propor espaços de reflexão sobre a cidade.

É sobre a cidade em que se levanta que reside o desafio de compreender, nessa trajetória, qual será o papel do Cais e quais

as relações possíveis de serem estabelecidas a partir desse espaço. Importa, antes de tudo, tentar lançar algumas bases sobre a dinâmica de Vitória, nossa capital-ilha que, embora seja a menor entre as capitais brasileiras, abriga este que será um dos maiores complexos culturais do país. Porque não só de terra se faz uma cidade, não é possível pensar Vitória, sem pensar na sua correlação de forças com as cidades que a circundam, com a região metropolitana, que inflam e murcham a ilha todos os dias com seus habitantes, em uma dinâmica de deslocamentos contínuos, a cidade-passagem. Também pela sua intensa atividade portuária, Vitória é habitada por sotaques



Este é um movimento de vórtice, que não se resume em pensar atividades ou programas voltados às periferias, mas sim convocar as periferias a pensar e contribuir para a construção das bases do equipamento, influenciando seus usos.

que circundam o mundo inteiro, e que chegam pelo mar preenchendo a paisagem e a imaginação dos insulares.

Cidades portuárias tem inúmeras características, entre elas, aquela de receber as boas novas antes de qualquer um, e serem intensamente marcadas por esses fluxos de informação e de pessoas que trazem suas histórias na bagagem. Portanto, pensar Vitória como cidade é pensar a partir dela, como uma centelha irradiadora de tendências e propostas a provocar deslocamentos. Não é possível pensar Vitória, sem pensar em Vila Velha, em Serra, em Cariacica, municípios que estão em suas imediações, mas também e, sobretudo, nas

suas periferias que, apesar de historicamente estarem às margens das institucionalidades que propõem a organização da cidade, são fundamentais para compreender as divisões simbólicas, institucionais, econômicas, sociais e raciais que precisam ser enfrentadas para assegurar o exercício de uma cidadania cultural a seus habitantes. Implementar o Cais das Artes, neste contexto, pressupõe, antes de tudo, reconhecer esses desafios e, nesse sentido, sua melhor chance é a de que o equipamento se torne um vórtice capaz de atrair em movimento esse fluxo do centro para as margens, mas também no sentido inverso, das margens para o centro.

É certo que, desde seu projeto, há uma atenção especial do arquiteto em tornar o Cais das Artes um espaço de encontro e permanência. Contudo, nesta transição entre projeto e obra, e após, da obra concluída para a implementação de um equipamento cultural é que se pode, então, lançar mão de estratégias para que, de fato, o espaço cumpra sua função primordial no que diz respeito a ser uma plataforma de conhecimento e desenvolvimento cultural para o Espírito Santo. E, então, com um espaço de arte, o Cais das Artes poderá contribuir para revelar novas formas de ver e viver a cidade.

O Cais poderá ser instrumento para repensar as relações entre cidade, cultura e cidadania, mas para chegar a este lugar, há um caminho a ser percorrido em direção às pessoas: no reconhecimento das experiências e das identidades culturais que permeiam nosso Estado e na permeabilidade de suas estruturas para que sejam apropriadas pela população.

Certamente, um edifício, por si só, não constitui um equipamento cultural no sentido de ser um espaço de difusão e fruição cultural. É no processo de implementação que o “equipamento” surge como aquele dotado de instrumentos e estratégias para que diferentes grupos sociais possam se reconhecer, se expressar e transformar sua realidade a partir dessa experiência. Nesse sentido, o Cais das Artes é, sobretudo, um espaço do encontro entre diferentes repertórios e que deve permitir que as diferentes dimensões da cidade – em especial as periferias – possam preenchê-lo de sentido.

Não é tarefa simples, mas para que cumpra um papel transformador como se pretende, o Cais das Artes deve estabelecer relações efetivas com as periferias e as juventudes de Vitória e de sua região metropolitana. Isso implica reduzir barreiras econômicas, sociais e simbólicas que historicamente limitam o acesso de determinados grupos aos equipamentos culturais. E

este é um movimento de vórtice, que não se resume em pensar atividades ou programas voltados às periferias, mas sim, convocar as periferias a pensar e contribuir para a construção das bases do equipamento, influenciando seus

usos. E assim, o Cais poderá atuar não só como um espaço central da cidade para se tornar um ponto de articulação de diferentes experiências culturais metropolitanas.







Entre Mapas e Territórios: quando a escuta se faz ponte¹

Assim como um cais representa o ponto de encontro entre a terra e o mar, este documento busca traduzir um momento de aproximação, escuta e troca entre diferentes vozes de Jesus de Nazareth, um dos bairros mais icônicos da Ilha de Vitória, e o Cais das Artes, o maior equipamento cultural do Espírito Santo.

Ao longo da conversa, ideias e expectativas aportam, revelando desejos de integração, pertencimento e construção coletiva. O cais, enquanto espaço de passagem, acolhimento e conexão, torna-se uma metáfora para o diálogo aberto e para o fluxo de propostas que visam fortalecer os laços entre o complexo cultural e o território.

Este registro é um recorte, um retrato do embarque inicial, composto de sonhos, demandas e perspectivas, lançando as bases para uma travessia conjunta rumo a uma cultura viva, inclusiva e participativa.

O potencial do Cais das Artes reside na capacidade de promover encontros genuínos, escuta ativa e integração entre o equipamento cultural e a comunidade. Ao valorizar sonhos, demandas e perspectivas locais, pilares da boa prática, abre-se caminho para a uma travessia coletiva.

O mapa não é o seu território

Jesus de Nazareth, bairro fundado em meados do século XX, é símbolo de resistência

¹ Este texto foi redigido por Lilian Menengucci a partir de Grupo de Trabalho realizado com os moradores de Jesus de Nazareth no dia 29 de novembro de 2025.

urbana. Enquanto a cidade crescia e se modernizava ao redor, a comunidade lutou para permanecer em sua localização privilegiada, preservando seu modo de vida em meio ao desenvolvimento imobiliário da capital.

O bairro se projeta para dentro da Baía de Vitória, o que permite uma visão privilegiada de marcos como o Convento da Penha, a Terceira Ponte, o Morro do Moreno e o Porto de Vitória. Sua identidade, originalmente de uma vila de pescadores, é profundamente ligada ao mar.

Famoso por seus restaurantes de frutos do mar e bares à beira-pier, tem na moqueca capixaba seu carro-chefe. Sedia eventos importantes, como o Festival de Pescados e Frutos do Mar, que atrai milhares de visitantes para degustar pratos típicos com ingredientes frescos que, cá entre nós, são de dar água na boca.

Nos últimos anos, Jesus de Nazareth se transformou em um polo de turismo de experiência. Moradores organizam roteiros guiados para apresentar a história da comunidade. O passeio envolve caminhar por ruelas e escadarias, verdadeiras galerias abertas de arte urbana. Existem pontos estratégicos, como o Mirante da Casabranca, ideais para fotografias e para contemplar o pôr do sol. O bairro abriga pequenas praias pouco conhecidas, como a Praia das Castanheiras e a Praia da Sereia Preta.

A frase que abre esta seção do texto, atribuída a Alfred Korzybski², nos lembra que o sucesso do Cais das Artes depende de ir além das proposições protocolares, burocráticas e regimentais, valorizando o território vivo – plural e participativo – e sua gente.

² Korzybski, Alfred. *Ciência e Sanidade: uma introdução à semântica geral e à saúde psicológica*. São Paulo: Instituto de Semântica Geral do Brasil, 1996.

Foi assim que, numa manhã de sábado, de sol intenso, o Cais recebeu, de janelas, portas e braços abertos, a comunidade de Jesus de Nazareth para um processo de escuta – com a finalidade de garantir que as vozes da comunidade fossem consideradas no processo de construção e implementação do Cais das Artes.

Reconhecer Jesus de Nazareth como “território cultural”, de acordo com Coelho³, “espaço simbólico onde se desenrolam as práticas, as trocas e as disputas de significados que constituem uma cultura”, é ancorar uma proposta de implantação e implementação de

um equipamento cultural mais próxima de um projeto-porto seguro.

Essa questão foi apresentada como central para a comunidade, visando levantar demandas e expectativas sobre o equipamento cultural. As respostas se constituíram como base para a elaboração deste registro, com propostas e necessidades da comunidade, buscando integrar o Cais das Artes ao território e vice-versa.

Quando a escuta se faz ponte

Para o antropólogo Gregory Bateson⁴, “o todo é maior que

³ Coelho, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997.





a soma das suas partes”. O exercício da escuta ativa com agentes culturais do bairro Jesus de Nazareth trouxe consigo a oportunidade de compreender que, mais do que uma sobreposição de ideias e ideários, a escuta é ponte.

No início da conversa, os participantes, de maneira geral, revelaram que a curiosidade foi o impulso que motivou o aceite ao convite “Por dentro do Cais” para um “Cais de Todos”. Houve quem afirmasse que a estrutura do complexo cultural, até então, antes da visita, não passava de um “elefante branco” ou mesmo de um “caixote” monumental.

Ao longo do processo de escuta, foi possível conhecer, a partir das manifestações dos agentes culturais, outros elementos-chave para compreender suas expectativas em relação ao complexo cultural.

- **Acesso e participação:** esperam acesso livre da comunidade ao Cais das Artes, garantindo que os moradores não sejam excluídos do espaço. Desejam participação ativa da comunidade em conselhos, comitês, grupos e decisões relacionadas à gestão, programação e ações socioculturais. Reforçam a importância de um diálogo contínuo entre a direção do Cais e representantes do bairro.

⁴ Bateson, Gregory. Passos para uma Ecologia da Mente. São Paulo: Cultrix, 1986.

• **Desenvolvimento urbano e infraestrutura:** apontam a necessidade de melhorias na infraestrutura do bairro para receber turistas, como pavimentação, iluminação pública, acessibilidade, sinalização turística, segurança adequada, manutenção de áreas comuns e valorização das entradas do bairro. Sugerem o fortalecimento do planejamento urbano para integrar o fluxo entre o Cais das Artes e a comunidade.

• **Economia local e turismo comunitário:** esperam capacitação profissional para jovens e empreendedores em áreas como turismo, gastronomia, atendimento ao público, artesanato, mediação cultural e economia criativa. Sugerem parcerias para geração de renda, inserção de comerciantes locais nas atividades do Cais, realização de feiras gastronômicas e de artesanato, contratação prioritária de mão de obra local e contrapartidas econômicas reais para a comunidade.

• **Cultura, educação e infância:** desejam atividades para crianças e adolescentes, como oficinas de arte, música, dança, teatro, audiovisual, cerâmica e mediação cultural. Propõem ações contínuas de educação e cultura, integração com escolas locais, movimentos sociais e artistas da região. Reivindicam espaços para artistas do bairro exibirem suas produções.

• **Qualidade de vida e integração social:** esperam que o projeto contribua para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, tanto pela infraestrutura quanto pela dinamização econômica. Defendem uma integração harmoniosa entre o equipamento cultural e a comunidade, evitando processos de exclusão, gentrificação ou barreiras simbólicas.

• **Turismo comunitário e identidade:** sugerem a criação de roteiros culturais e históricos conduzidos por moradores locais, valorizando a pesca artesanal, a memória da comunidade, a

culinária típica e as manifestações artísticas. Propõem programas de porta aberta, integração de hostels, ateliês, mirantes e comércios locais, além da instalação de um centro de informação turística comunitária gerido pela própria comunidade.


• Sustentabilidade e meio ambiente: apontam a necessidade de projetos ambientais, ações de limpeza da orla, coleta seletiva, educação ambiental e parcerias para redução de impacto durante grandes eventos. Sugerem melhorias na mobilidade, como calçadas acessíveis, ciclovias, passarelas seguras e pontos de transporte público adequados.

• Comunicação e proteção contra gentrificação: defendem a criação de um canal de comunicação permanente entre o Cais e os moradores, campanhas visuais contando a história do bairro e políticas para evitar especulação imobiliária e garantir a permanência e a valorização da cultura local.

Importa considerar que a escuta vai além do simples ato de ouvir: trata-se de um processo ativo, sensível e intencional, no qual aquele ou aquela que escuta se coloca em posição de abertura para compreender o outro em sua complexidade, respeitando seus contextos, saberes e experiências.

Construir um diálogo genuíno, permitindo que as vozes participantes sejam reconhecidas e valorizadas no processo de implantação e implementação do maior equipamento cultural capixaba, é o que movimenta as águas do cais.

A travessia entre mapas e territórios é, acima de tudo, um convite à escuta. O encontro -embarque, registrado neste texto, revela que o verdadeiro sentido do Cais das Artes só se concretiza quando o projeto se abre para o diálogo com as comunidades, de maneira geral, e com o território de Jesus de Nazareth, de forma particular.



As vozes presentes apontam que pertencimento, participação e construção coletiva são pilares para que o Cais deixe de ser apenas um “elefante branco” ou mesmo um “caixote” monumental de cimento e se torne, de fato, um organismo vivo, pulsante e inclusivo.

Ao transformar a escuta em ponte, o Cais das Artes pode navegar por águas de respeito, reconhecimento e valorização das histórias, saberes e sonhos do território. Assim, o Cais se faz porto seguro e ponto de partida para novas travessias, onde cada morador(a) é convidado(a) a embarcar e a cocriar o futuro desse equipamento cultural.

Que o diálogo permaneça aberto, participativo e justo – sem correr o risco de ser corroído pela maresia burocrática, mas sempre atento aos bons ventos.



Governança Cultural: O Cais como espaço de acesso e participação

A mesa temática Governança Cultural: o Cais como espaço de acesso e participação, realizada na tarde de sábado, 18 de outubro, propôs uma reflexão sobre como a gestão pode incorporar manifestações culturais diversas e assegurar a representatividade de diferentes grupos sociais em todas as instâncias do equipamento cultural — incluindo cargos, conteúdos e práticas. Nesse sentido, algumas questões foram levantadas: de que forma podemos garantir que

os marcadores sociais (como raça, gênero, território, classe, entre outros) estejam presentes em todas as dimensões do equipamento cultural? Como incorporar e valorizar a cultura tradicional do Espírito Santo em diálogo com práticas contemporâneas? Como construir conteúdos que tragam narrativas decoloniais, plurais e diversas, ampliando as vozes presentes nas experiências culturais oferecidas?



A escuta para a gestão cultural

Nathalia Cunha

Refletir sobre como a gestão pode incorporar manifestações culturais diversas e assegurar a representatividade de diferentes grupos sociais em todas as instâncias de um equipamento cultural é, antes de tudo, pensar o próprio papel da cultura como campo de transformação social.

Minha trajetória é atravessada por temas como memória, identidade e pertencimento. Acredito que a gestão cultural só é verdadeiramente transformadora quando parte da escuta, do afeto e da participação.

O Museu das Favelas nasce do desejo de reconhecer, valorizar e difundir as histórias, saberes e tecnologias das favelas brasileiras, transformando

o museu em um espaço de convivência, diversidade e referência. A diversidade, em especial, se afirma como parte importante para a eficiência do trabalho – orientando processos de decisão, formas de gestão e práticas de escuta.

Atualmente, 77% da equipe do Museu das Favelas é negra, 54% são mulheres e 39% pessoas LGBTQIAPN+. Esses números não são apenas estatísticas; são expressão de um compromisso institucional. Do conselho à equipe técnica, das curadorias às ações educativas, buscamos garantir vez e voz às pessoas que trazem consigo o conhecimento e a potência das realidades periféricas.



O papel da gestão cultural é garantir que cada política, cada programa e cada conteúdo reflitam a multiplicidade de quem somos. Incorporar manifestações diversas e assegurar representatividade é um exercício contínuo — e também o caminho para o fortalecimento institucional. Equipamentos que refletem a sociedade em sua pluralidade são mais vivos, sustentáveis e transformadores.

O Museu ocupa hoje um prédio histórico, patrimônio cultural, e essa presença materializa o diálogo entre o tradicional e o contemporâneo, entre o passado e o futuro, essencial para a vitalidade dos equipamentos culturais. Reconhecer as expressões locais como linguagens vivas e dinâmicas é reconhecer também sua capacidade de diálogo com atuais formas de criação (algumas nem tão novas assim), como o hip-hop, as artes visuais urbanas, a moda e as expressões digitais.

No Museu das Favelas, esse diálogo se concretiza em exposições como Sobre Vivências, que aborda a memória coletiva e as experiências das

favelas e periferias, e Racionais MC's - O Quinto Elemento, que afirma a favela como potência estética, política e contemporânea.

A pesquisa “Hábitos culturais: das periferias aos museus de São Paulo”, conduzida pelo Museu, revelou que 38% das pessoas periféricas visitam museus no máximo uma vez por ano – não por falta de interesse, mas por falta de acesso e identificação. O desafio, portanto, não é apenas atrair o público, mas fazer com que o museu fale a língua desse público, reconhecendo suas referências, seus tempos e modos de estar e criar.

Construir narrativas plurais é democratizar a curadoria, abrir

editais para coletivos e artistas periféricos, e valorizar as vozes que historicamente ficaram à margem da história oficial da arte e da cultura.

O papel da gestão cultural é garantir que cada política, cada programa e cada conteúdo reflitam a multiplicidade de quem somos. Incorporar manifestações diversas e assegurar representatividade é um exercício contínuo — e também o caminho para o fortalecimento institucional. Equipamentos que refletem a sociedade em sua pluralidade são mais vivos, sustentáveis e transformadores.

O futuro dos museus e dos equipamentos culturais é coletivo, periférico, popular e contemporâneo. É sobre cuidar de memórias, promover encontros e construir outros futuros possíveis.



Reflexões Inclusivas: possibilidades nos museus e centros culturais

Isabel Portella

*Sou como você me vê.
Posso ser leve como
uma brisa ou forte como
uma ventania.
Depende de quando e como
você me vê passar.¹*

É ampliando o olhar que podemos definir as fronteiras da convivência. É principalmente na maneira como enxergamos o outro que se dá a inclusão. E esta se realiza essencialmente na diversidade, na potencialidade do diálogo entre corpo e ambiente. Incluir talvez seja o verbo com maior amplitude de entendimento que conheço. Não basta abrir portas se não houver o

acolhimento, se não percebermos o que está além da forma, do silêncio. Exige tempo, cuidado e escuta. Tornar o mundo acessível é reinventar o olhar.

O acesso aos espaços culturais para pessoas com e sem deficiência representa a democratização social e cultural desses espaços. Torna-se, entretanto, necessário ampliar a discussão acerca da acessibilidade e inclusão nesses ambientes.

No padrão que serve de modelo às questões de *integração*, são as pessoas com deficiência que

¹ Frase atribuída a Clarice Lispector.



E, por falar em inclusão, essa é a noção que queremos nos museus e espaços culturais. Não podemos mais aceitar práticas ultrapassadas, excluindo quem mais precisa usufruir da arte. Abrir portas e novos espaços é preciso, mas entender necessidades e agir exige mais, sempre mais.

precisam se adaptar à sociedade, já no modelo da *inclusão* é a sociedade que se adapta a elas, criando espaços de interação inclusivos, dignos e que valorizem as diferenças. Sendo assim, a inclusão reconhece a existência de barreiras que limitam e/ou restringem a participação de todos e propõe uma mudança social para acolher, respeitar e oferecer direitos equitativos às múltiplas corporalidades.

Dessa forma, o espaço museal inclusivo está atento às possibilidades de acesso ao ambiente e às informações nele divulgadas. Trabalha com a multisensorialidade, combinando aspectos visuais, sonoros e táteis para assegurar que pessoas

com diferentes necessidades se apropriem de conhecimentos e informações. A inclusão social constitui um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos. Significa torná-las participantes da vida cultural, social, econômica e política, assegurando o respeito aos direitos plenos de cidadania.

O modelo de espaço inclusivo se estabelece numa instituição e se vê inserido num projeto político institucional, na medida em que compreende o museu como um instrumento a serviço da democracia. O conflito entre

ser ou não acessível surge em decorrência da padronização de ambientes como resultado da utilização de modelos considerados típicos. Esses conceitos partem da imagem de pessoas jovens, atléticas, independentes e saudáveis. Podemos pensar a partir do entendimento de que o conceito de estar acessível se realiza na diversidade, na potencialidade e no diálogo entre o corpo e o ambiente.

A percepção sensorial é um dos principais aspectos para a captação de informação. O primeiro órgão de contato, a mão, é a extremidade hiperfuncional do corpo, órgão tátil de percepção do mundo e de criação. Olhar, conviver e tocar. O sujeito com deficiência se percebe, se identifica e se manifesta com autonomia e protagonismo poético ao alinhar, manipular, emaranhar não só com os movimentos das mãos, mas também a partir das referências com materialidades e contextos diversos. Ao manuseá-los, resgatam afetividades sem

desestabilizar o que é considerado possível e impossível. Relações que só foram construídas por meio dos diálogos constantes entre o corpo físico, a memória pessoal e os conceitos teóricos e imagéticos.

A experiência completa do visitante participante envolve tanto a sensação quanto a percepção. A sensação compreende as informações recebidas pelo sistema sensorial, e a percepção consiste nas informações geradas após elas terem sido processadas e interpretadas. A primeira resposta sensorial é física, involuntária e imediata, ocorrendo após um estímulo. Já a cognição consiste no processo de conhecimento e incorporação tanto da percepção como do aprendizado. Cada indivíduo percebe o mundo de formas diferentes, de acordo com experiências anteriores. Uma obra de arte por si só não é considerada uma experiência, nem mesmo se ela for interativa. O que faz uma obra de arte ser uma experiência é o poder que ela tem de influenciar os sentimentos,

pensamentos e ações dos espectadores.

O público deve ter seus sentidos estimulados a partir da interação com a obra.

A proposta de reflexão deve ser, portanto, sobre como construir uma mediação atenta e sensível, que não faça apenas uma tradução simplista, literal e tátil da obra, mas que pense nas inúmeras possibilidades para além do que é visto. É sobretudo partir de estratégias multissensoriais de interação com a obra visando favorecer a experiência estética, entendendo que o contato direto potencializa e beneficia o aprendizado artístico de todos.

Como pessoa com deficiência, museóloga e doutora em Crítica de Arte, posso hoje, com tranquilidade, falar sobre questões relativas à acessibilidade em ambientes culturais. Quando mergulhei no trabalho de inclusão institucional, percebi o quanto o significado dessas ações está muito além do entendimento,

da acolhida e da preparação do espaço. É preciso que não existam restrições, impossibilidades, para que todos possam participar com igualdade.

Não podemos aceitar entradas especiais, lugares separados, impedimentos estruturais nos locais abertos ao público em geral. Todos precisam de um território aberto, com as mesmas possibilidades para descobertas e experimentações. Não podemos mais admitir as legendas “favor não tocar”, pois existem pessoas que enxergam com as mãos. Não é possível que os textos explicativos estejam fora do alcance visual, pois existem pessoas de baixa estatura ou cadeirantes também interessados na leitura. Acima de tudo, é necessário pensar em desenvolver uma experiência em que, por meio do tato, da audição, do olfato e do paladar, o visitante tenha uma fruição completa. Todo seu corpo precisa participar, precisa ser incluído para que a obra esteja finalmente concluída. Essa nova abordagem, trazida por diversos artistas nos anos de



Por
Dentro
Do Cais

1970, foi importante no sentido da aproximação do espectador com a obra de arte. Barreiras foram rompidas, protocolos foram quebrados, abrindo espaço para o convívio entre a autoria e o receptor. A vivência estética está além da experiência meramente visual, convidando a participar, a criar junto, a complementar. Novas legendas foram acrescentadas nas obras e dizem, com intimidade, “*favor tocar, favor cheirar, aproxime-se*”. Não basta olhar a obra, que já não segue a lógica da visualidade pura. É necessário penetrá-la, atravessar as camadas de sentido para entender e vivenciar.

E, por falar em inclusão, essa é a noção que queremos nos museus e espaços culturais. Não podemos mais aceitar práticas ultrapassadas, excluindo quem mais precisa usufruir da arte. Abrir portas e novos espaços é preciso, mas entender necessidades e agir exigem mais, sempre mais.

É necessário e fundamental que as políticas de acesso e permanência dos espaços

culturais se desenvolvam pensando na promoção de práticas que organizem outras relações com diferentes identidades. Construir pontes, sim, mas principalmente perceber que tudo faz parte de uma trajetória.

Governança cultural participativa e infraestruturas para a vida

Xiomara Suescún

A participação do Centro Nacional de las Artes Delia Zapata Olivella (CNA, Colômbia) no Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos teve como objetivo central refletir sobre o espaço entre a governança cultural participativa, as experiências institucionais concretas e as formas como essas práticas podem inspirar e tensionar o quadro de ação do Cais das Artes. Em um momento fundacional como o que o Cais está atravessando, compartilhar os processos, oportunidades de melhoria, apostas e aprendizados do CNA se torna uma oportunidade para pensar não em modelos a serem replicados, mas em princípios orientadores capazes de dialogar com outros contextos

territoriais, institucionais e políticos.

Desde sua concepção, o CNA foi pensado como uma infraestrutura cultural para a vida: um espaço que articula a gestão pública, a criação artística, a mediação cultural, a participação e a formação cidadã. Essa perspectiva amplia a noção tradicional de equipamento cultural, colocando-o de um lugar exclusivamente programático para um território de encontro, escuta, sonho e construção coletiva. Para o Cais das Artes, que nasce com a vocação de ser mais do que um espaço expositivo, essa abordagem oferece pistas



Pensar o Cais como uma infraestrutura para a vida, um espaço de governança participativa e uma plataforma de circulação cultural pode ser um caminho para consolidá-lo como um equipamento público comprometido com a diversidade, a democracia cultural e a construção coletiva de novos horizontes.

importantes sobre como articular a arquitetura, a política cultural e as práticas de participação social.

Inaugurado em março de 2023, o CNA abriu suas portas ao público e ao setor artístico com uma programação sólida e uma agenda de mediação contínua, buscando se posicionar como um dos principais complexos culturais da América Latina e um ponto de convergência entre territórios, conhecimentos e comunidades diversas. Essa experiência mostra que a relevância simbólica de uma instituição cultural pública não se constrói apenas pela escala da infraestrutura, mas pela capacidade de produzir vínculos duradouros com artistas, públicos e territórios, um desafio

igualmente central para o Cais das Artes.

Desde o início, a missão foi clara: representar o país em toda a sua diversidade, promovendo a inclusão territorial e o reconhecimento das múltiplas expressões artísticas e de saberes que o compõem. Pensar o projeto cultural em relação direta com artistas e cidadãos tornou-se um dos maiores desafios desses primeiros anos de trabalho. O CNA assumiu, assim, a tarefa de impulsionar um projeto de país que reconhecesse as populações historicamente excluídas das políticas culturais, apostando em formas reais de governança e participação. Essa aposta — que envolve crianças, mulheres,

peças com deficiência, povos originários e, especialmente, jovens — serve de referência para o Cais das Artes pensar seu modelo de inserção social e política.

A infraestrutura como política cultural

Entre 2022 e 2024, o CNA recebeu um investimento histórico de 25,5 bilhões de pesos colombianos destinado ao equipamento técnico e à modernização de sua infraestrutura cultural. Mais do que uma remodelação física, esse processo foi entendido como uma decisão sobre o tipo de política pública que se deseja construir. A experiência do CNA demonstra que investir em infraestrutura é, acima de tudo, investir em condições dignas de criação, trabalho e apreciação artística, um debate central para equipamentos culturais de grande porte como o Cais das Artes.

A criação da Sala de Experimentação Fanny Mikey (Black Box), única na América Latina, e da Sala Delia Zapata,

com capacidade para mais de 400 espectadores, exemplifica como os espaços arquitetônicos podem ser concebidos como dispositivos de experimentação, acessibilidade e excelência técnica. A integração do Teatro Colón ao complexo reforça a dimensão histórica e simbólica dessa infraestrutura, conectando a memória, o patrimônio e a criação contemporânea. Para o Cais das Artes, essa experiência sugere que a infraestrutura não deve ser apenas um suporte, mas um agente ativo na construção de significados, narrativas e acessos.

Criação com memória e vanguarda

O CNA também se consolidou como um espaço de criação, promovendo coproduções que articulam memória, experimentação e inovação. Projetos como *Utopía*, ópera comunitária construída com a participação ativa da comunidade; *Ensemble Paleofuturismo*, que reúne povos originários em um diálogo entre o passado e o futuro por meio da música; e *Solo*

cuando tengas frío, produção bilíngue em espanhol e língua de sinais colombiana, demonstram como a criação artística pode ser simultaneamente estética, política e inclusiva.

Outras obras, como *Habūb*, *Perderse*, *La vorágine más allá* e *Medea*, evidenciam uma aposta na criação que revisita clássicos, mitos e narrativas fundacionais a partir de perspectivas contemporâneas, críticas e plurais. Para o Cais das Artes, essas experiências oferecem referências concretas sobre como articular a programação artística com debates urgentes — extrativismo, memória colonial, diversidade cultural e justiça social — sem renunciar à excelência estética.

Mediação, acessibilidade e espaços vivos

A experiência do CNA demonstra que a mediação cultural não é uma atividade periférica, mas um eixo estruturante da gestão. O programa Mediação, Espaços Vivos e Inovação

promove processos contínuos de diálogo intercultural, formação e apropriação social, colocando os cidadãos e a comunidade criativa no centro da instituição. Laboratórios, hortas comunitárias, programas escolares e iniciativas dirigidas a jovens programadores e repórteres mostram como um centro cultural pode se tornar um espaço habitado, e não apenas visitado.

Também é importante destacar o compromisso do CNA com a acessibilidade, já que é o único centro cultural público da Colômbia que realiza sistematicamente eventos com audiodescrição, linguagem de sinais e políticas de gratuidade. Essas ações apontam caminhos importantes para o Cais das Artes no que diz respeito à democratização do acesso e à construção de públicos diversos desde a infância.

Programação, narrativas curatoriais e descentralização

Incorporado ao Ministério das Culturas, Artes e Conhecimentos

da Colômbia, o CNA articula sua programação a partir de eixos curatoriais que dialogam com as agendas globais e as demandas locais: meio ambiente, ancestralidade e futuro, cultura popular, cultura da paz e outras diversidades. Esses eixos não funcionam como categorias fechadas, mas como campos de reflexão que atravessam a programação e as ações institucionais.

A estratégia de regionalização e descentralização, por meio da Casa de Festivais, da Rede Nacional de Teatros Públicos e Patrimoniais e da parceria com a RTVC, o sistema de mídia pública da Colômbia, deixa claro que a circulação cultural deve ser pensada em ambos os sentidos: dos territórios para a capital e da capital para os territórios. Para o Cais das Artes, essa experiência reforça a importância de atuar não apenas como polo centralizador, mas como nó de uma rede viva de circulação, escuta e intercâmbio.

Artes para a paz e projeções para o Cais das Artes

A trajetória do CNA mostra como a presença territorial, a inclusão, a acessibilidade e o diálogo intercultural podem contribuir de forma concreta para a construção da paz. As artes vivas, neste contexto, funcionam como dispositivos de reconhecimento, reparação simbólica e imaginação de futuros possíveis.

Ao compartilhar essas experiências no contexto do Seminário Cais de Todos, o CNA não propõe um modelo acabado, mas oferece aprendizados, perguntas e princípios que podem inspirar o Cais das Artes em sua construção institucional. Pensar o Cais como uma infraestrutura para a vida, um espaço de governança participativa e uma plataforma de circulação cultural pode ser um caminho para consolidá-lo como um equipamento público comprometido com a diversidade, a democracia cultural e a construção coletiva de novos horizontes.



Governança Cultural e Direito à Cidade: Cais das Artes como espaço de acesso e participação¹

Romulo Gomes

A abertura do Cais das Artes, na Enseada do Suá, em Vitória, definirá mais do que a entrega de um novo espaço físico atuando no campo cultural; irá representar um marco decisivo sobre que tipo de legado de memória social, patrimônio cultural e expressão artística pode ser construído, não “sobre”, mas “com” a participação de diferentes grupos sociais formadores do estado do Espírito Santo.

Debater e abrir espaço para produção de outras práticas organizacionais no complexo

do Cais com diferentes corpos é um movimento que amplia o protagonismo e a compreensão de outras identidades e práticas culturais pertencentes ao território, rompendo com processos de silenciamento, objetificação e hierarquização de outros corpos que importam.

Portanto, a governança cultural precisa ser intencional no sentido de assegurar o direito de acessar cultura, educação e arte, promover inclusão e participação plural de diferentes grupos sociais em diferentes lugares:

¹ Este texto foi inspirado no artigo de minha autoria problematizando as práticas incorporadas de produção espacial nas organizações. Ver em: Gomes, Romulo; Fantinel, Letícia Dias. Gênero-Corpo-Sexualidade no Espacializar: Produzindo corpos-em-campo na pesquisa. Revista de Administração de Empresas, v. 62, n. 04, 2022. Disponível on-line.



O principal desafio político-epistêmico dessa governança cultural pode passar pela produção de uma programação cultural e educativa não “sobre”, mas “com” específicas vidas. Afinal, sempre importa quem são as pessoas, quem pensa, quem expõe, quem articula, quem pode ser e estar de corpo presente nesses espaços de decisão com seus próprios termos e linguagens.

público, artistas, colaboradores, curadores, gestores e tomadores de decisão. Nesse sentido, a governança cultural tem um componente de governabilidade: ela pode definir quais corpos e identidades podem ocupar lugares ao centro e quais serão mantidos à margem no contexto do Cais das Artes.

Quem e o que vai curar? Curadoria de lugares em disputa

Neste contexto, a curadoria não é um exercício neutro ou isolado. Ela tem o potencial de produção de memória e de apagamento identitário. Quando nasce a partir de uma lógica entrópica, da arte para arte, sem considerar os

contextos e memórias originárias dos territórios, ela pode criar espaços que, embora abertos e gratuitos, podem ser simbólica e culturalmente inacessíveis a muitos corpos, identidades e suas perspectivas históricas.

No Espírito Santo convivemos com a influência das colonizações culturais italiana, portuguesa, espanhola, alemã e pomerana em narrativas frequentemente institucionalizadas como a cultura local, mas historicamente e ainda no presente são invisibilizadas as múltiplas culturas originárias – tendo o estado sido erguido sobre a terra de etnias Tapuias, Tupiniquins, Guaranis, Africanas etc., a exemplo do Congo Capixaba que ecoa nos terreiros,

o Ticumbi que dança resistência, os saberes afro-indígenas advindos das mãos das Paneleiras de Barro.

Lélia Gonzalez, a partir do seu conceito de Amefricanidade, depõe que a cultura brasileira é, desde sempre, produto racializado, onde se suprime identidades de povos negros e indígenas para favorecer narrativas eurocêntricas. Afinal, como promover manifestações tradicionais e populares capixabas não “sobre”, mas “com” essas vidas? Uma curadoria “outra”, portanto, precisa integrar perspectivas diversas às instâncias de articulação e planejamento, linguagem, comunicação e identidade do território capixaba.

Reinventar o Cais mesmo antes de sua abertura

Reflexões como a incorporação de políticas afirmativas no ingresso social podem ser fundamentais, mas há outras etapas igualmente importantes. Cada escolha – da

programação à comunicação, da identidade visual aos critérios de seleção do quadro de colaboradores – pode revelar se uma construção é coletiva e inclusiva com determinados corpos ou apenas sobre eles.

Faz-se necessário assumir que o Cais não é um produto acabado, mas um organismo vivo, que precisa estar aberto à transformação. O principal desafio político-epistêmico dessa governança cultural pode passar pela produção de uma programação cultural e educativa não “sobre”, mas “com” específicas vidas. Afinal, sempre importa quem são as pessoas, quem pensa, quem expõe, quem articula, quem pode ser e estar de corpo presente nesses espaços de decisão com seus próprios termos e linguagens.

O Cais das Artes tem a chance rara de nascer diferente. De ser, desde o início, um lugar relevante para uma agenda cultural, ética e política de arte, a partir de uma educação e cultura preocupadas

com a construção de diálogos e reconhecimentos com diferentes corpos e culturas que permitam ampliar possibilidades de praticar o território capixaba. Um espaço monumental de área expositiva onde o direito à cultura, o direito à cidade e o direito de pertencer sejam para todos.

Um fazer em curso

Werllen Castro

O Cais de Todos, ao se realizar nos momentos finais da construção do edifício, foi uma oportunidade de reafirmar a natureza pública da instituição e de refletir sobre o próprio fazer em curso. Ao reunir interessados na ocupação do espaço, o Cais das Artes estabeleceu um local de escuta e de trabalho colaborativo para a formulação de políticas públicas.

Evento laboratório

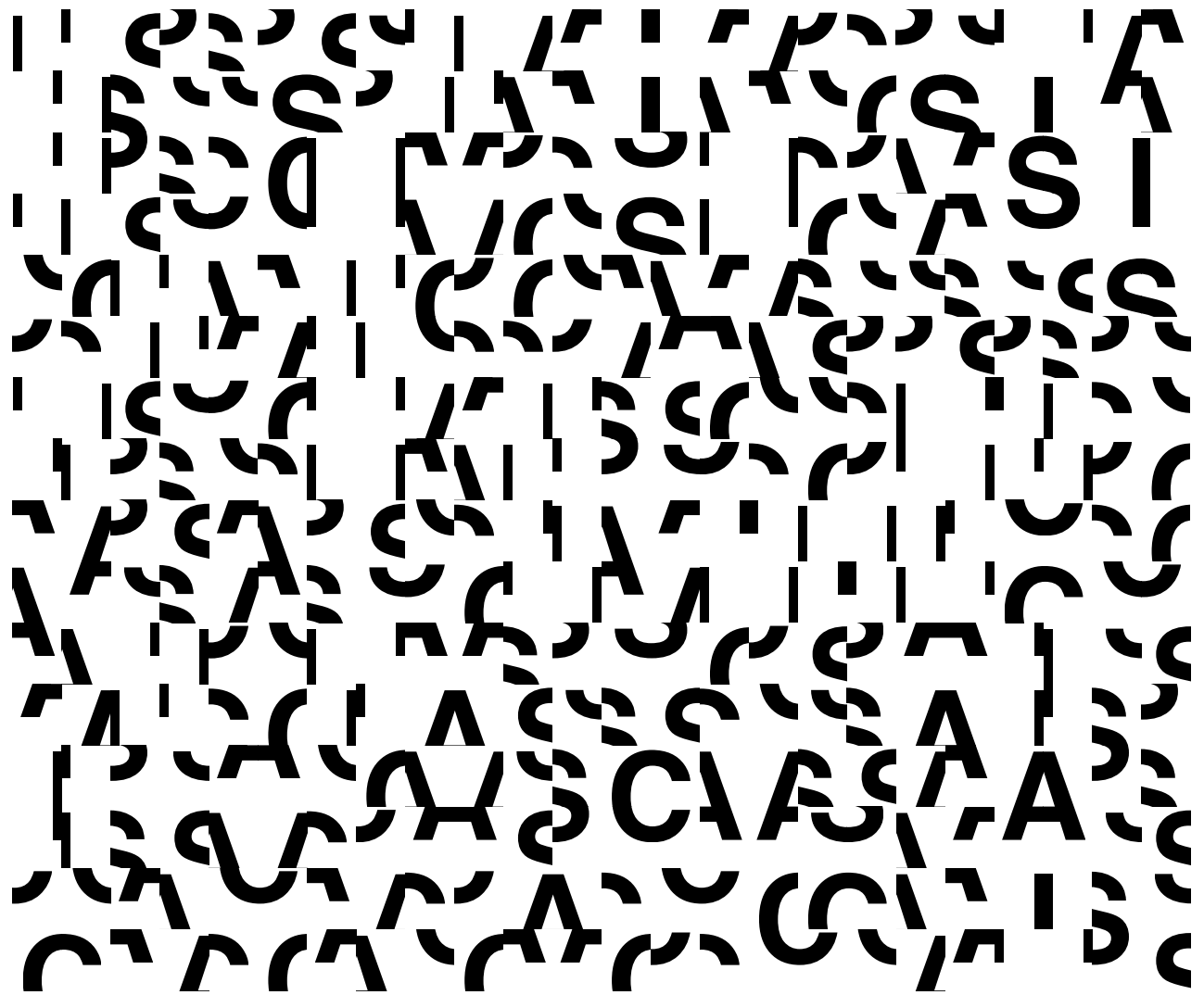
Quando o Seminário aconteceu, o Cais das Artes ainda não tinha uma identidade visual. A proposta do design foi considerar o evento como um laboratório para que a linguagem gráfica pudesse ser testada na prática. Esse desenho de projeto permitiu uma abordagem sistêmica e experimental.

Já havia uma compreensão inicial sobre a presença simbólica da instituição e sobre os modos de traduzir conceitos em imagem. Uma tipografia sem ornamentação e com rigor estrutural, por exemplo, tem ecos com o estilo brutalista do edifício. Na obra de Paulo Mendes da Rocha, o edifício é ferramenta.

Ao se colocar disponível, a instituição provoca o diálogo não só com artistas, produtores, educadores e parceiros, mas também com a equipe envolvida na realização do Seminário. A identidade precisa ser compreendida, mas também compartilhada como conceito e processo.

Sendo parte da própria materialidade do espaço, a ideia





de construção ganhou força com o direcionamento conceitual do evento. A metáfora visual deveria unir esses dois pontos.

A palavra como matéria

Em um seminário, a palavra é o ponto de partida. Mesas, encontros, diálogos e relatos navegam por textos falados e escritos.

Por trás da forma, uma lógica simples: dividir, organizar e remontar. Presentes na elaboração de textos, diálogos, processos criativos e jogos de montar, estes três verbos se complementam na tentativa de resolver um problema. A linguagem gráfica configura-se como um jogo.

Segmentar letras em formas simples como retas, diagonais

e curvas produz um novo ponto de vista. A representação, agora mais abstrata e desvinculada do seu significado original, permite que o sentido se realize na própria estrutura, como na arquitetura do edifício.

Diferença e repetição

A regra: recortes simétricos em uma grade regular, seguidos da recombinação das partes. Uma fórmula aberta à variação, fácil de entender e de reproduzir.

Sobre os recortes, uma camada de informações textuais estruturadas em uma grade. O equilíbrio é entre o aspecto rígido do conteúdo informativo e a flexibilidade nas recombinações das letras.

As cores aparecem como um elemento de variação e de união entre as camadas. Fazem

referência ao cenário costeiro e industrial que dá origem ao Cais: as cores do céu, do mar, dos cascos de navio, das bandeiras náuticas e dos equipamentos de segurança.

A combinação dessas camadas produz diferentes tempos de leitura: inicialmente, o impacto subjetivo de cores e formas, seguido gradualmente da compreensão lógica das relações que se apresentam por meio de texto e imagem.

As variações permitem flexibilidade e adaptação para diferentes contextos, mantendo a consistência da identidade. Da comunicação do evento, passando pela cenografia até chegar aqui, nesta publicação, a identidade

pode ser experimentada e desdobrada por diferentes mãos.

Um sistema em processo

O sistema não se encerra no designer. A compreensão da lógica permite o reconhecimento e o compartilhamento da linguagem gráfica pelo público e pela equipe do projeto. É um sistema que opera como processo, pensado para ser adaptável e expansível.

Seguindo a proposta do Seminário, o design também se inseriu nesse horizonte do fazer em curso. A linguagem gráfica é um convite à elaboração coletiva em um espaço público que se define ao ser apropriado e atravessado de maneiras imprevistas.





Alex Teixeira

É artista, pesquisador e gestor cultural. Doutorando em Artes pela UERJ, investiga as relações entre arte e comunidade, território e memória. Cofundador do Teatro ao Redor, atua em processos colaborativos que tensionam as fronteiras entre teatro, performance e práticas site-specific. Foi consultor educacional do Museu Nacional Vive e realizou curadorias e mediações em instituições como o Museu de Arte do Rio e o Inhotim.

Carolina Rodrigues

É historiadora da arte e mestre em Artes Visuais pela UFRJ. Curadora geral do Museu Bispo do Rosário, pesquisa as fronteiras do sistema da arte e questões como relações étnico-raciais, territorialidade e gênero. Realizou curadorias no Museu do Amanhã, MAMAM Recife, Casa França-Brasil, Caixa Cultural e diversas unidades do Sesc Rio.

Carolina Ruas

É jornalista, produtora e gestora cultural, responsável pela realização de diversos projetos no Espírito Santo relacionados à arte, cultura, juventudes e tecnologia social. Atualmente é subsecretária de Estado de Políticas Culturais no Governo do Estado do Espírito Santo. Possui graduação em Comunicação Social pela UFES, especialização em Gestão Cultural pelo Senac-SP e cursa mestrado em Economia da Cultura e das Indústrias Criativas na UFRGS.

Cayo Honorato

É professor do Departamento de Artes Visuais e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UnB, onde atua como bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Também pesquisa sobre a atuação dos públicos e a mediação cultural entre as artes visuais e a educação, além de ser líder do grupo Arte, Educação e Mediação

Cultural, certificado pelo CNPq, e integrar a rede Another Roadmap for Arts Education.

Clara Sampaio

É artista visual, curadora independente e pesquisadora de arte. Tem doutorado em Arte Contemporânea pela Universidade de Coimbra, mestrado em Artes e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFES. Investiga questões sobre prática artística e curatorial em espaços independentes, novas institucionalidades e processos colaborativos em arte. Realiza e participa de residências, exposições, cursos e publicações. Vive e trabalha entre Lisboa e Vitória.

Fredone Fone

É artista visual, MC, beatmaker, escritor, produtor audiovisual, skatista e coordenador do Ponto de Cultura Latinta, criado em 2012 no bairro Serra Dourada, Serra (ES). Recebeu os prêmios Pollock-Krasner Foundation Grant (NY) e Cultura Hip-Hop - Preto Ghóez. Participou de projetos em mais de dez países, é autor do livro “O que fazer com todo esse entulho?” e organizou livros sobre rap e graffiti no Espírito Santo.

Helder Trefzger

É o atual diretor artístico e maestro titular da Orquestra Sinfônica do Estado do Espírito Santo. Tem bacharelado e mestrado em Música (Regência – Práticas Interpretativas). Já dirigiu Orquestras no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Sergipe, Mato Grosso, Brasília, Bahia, Amazonas e Paraíba, além de Portugal, México, Polônia, Chile, Bolívia, Paraguai, Itália e Bulgária. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia de Letras e Música do Brasil.

Isabel Sanson Portella

É coordenadora e curadora da Galeria do Lago Arte Contemporânea do Museu da





República/ibram. Possui graduação em museologia pela Unirio, com especialização em História e Arquitetura do Brasil pela PUC-Rio, mestrado e doutorado em Crítica e História da Arte pela Escola de Belas Artes-UFRJ. Atuou como conselheira do Prêmio Pipa de 2024 e foi curadora de diversas exposições no Brasil e em Portugal.

Isabella Baltazar

É curadora, produtora cultural e professora. Atualmente estuda a teoria pós-colonial na crítica literária, com ênfase nos estudos subalternos e de gênero. Tem doutorado em Literatura pela UFES e possui pesquisas na área do Jornalismo Literário, além de ser idealizadora do Letra Preta, uma organização pautada na diversidade e na inclusão, que atua em favor da redução das desigualdades através da educação, da arte e da comunicação.

João Alegria

É professor licenciado do Departamento de Artes e Design da PUC-Rio e atual Secretário Geral da Fundação Roberto Marinho. Tem graduação em História pela UFOP e doutorado em Educação pela PUC-Rio. Atuou como professor da Educação Básica, como autor e diretor de televisão e como escritor de literatura infantojuvenil. Como professor e pesquisador, é especializado nas relações entre educação, comunicação e tecnologia, com especial interesse pelo design da experiência de aprendizagem.

Jocelino Tupinikim

É professor, liderança indígena e ativista cultural do povo Tupinikim, no Espírito Santo. Há mais de 20 anos dedica-se à educação escolar indígena, ao fortalecimento das tradições e à valorização da língua Tupi. Idealizador de projetos como o Centro Cultural Tupinikim Ka'arondarapé e os Jogos Tradicionais Indígenas do Espírito Santo, é mestre em Linguística e Línguas Indígenas

pelo Museu Nacional da UFRJ e atua como Secretário-Geral da Associação Indígena Tupinikim e Guarani.

Kleber Perini Frizzera

É professor aposentado do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES e foi diretor do Centro de Artes da mesma instituição. Atuou também como Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Vitória. Possui graduação e mestrado em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da UFMG com vasta experiência em projeto de arquitetura, arquitetura teoria e crítica, arquitetura áreas centrais, planejamento territorial e renovação urbana.

Lilian Menengucci

Professora, atua desde 2002 na Educação Básica, do quadro efetivo do Magistério, na Prefeitura de Vitória. Tem doutorado, mestrado e especialização em Educação pela UFES, formação em Psicopedagogia pela UVV e licenciatura em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, pela FACIASC. Sua vasta experiência na área da Educação tem como ênfase a Educação Especial e os processos de ensino e aprendizagem na perspectiva inclusiva e formação continuada de professores e profissionais da Educação. É autora de livros, como “Os medos de Lili” (literatura infantil), “Casa de Papel” (literatura infantojuvenil) e “Palarvas de Borboletas” (poesia brasileira); e “Educação, Educação Especial, Inclusão e Arte: para além do chão e dos muros da escola comum”.

Marcus Vinicius Sant’Ana

É gestor cultural, membro do Conselho Municipal de Cultura de Vitória, colunista em A Gazeta e comentarista do programa CBN Vitória, no quadro Histórias do Cotidiano. Tem graduação em História e mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, pela UFES. Leciona História, Geografia, Filosofia e

Sociologia, além de pesquisar cultura e história, com ênfase em culturas populares e elementos regionais.

Marisol Pineda

Gestora cultural com experiência em desenho, coordenação e avaliação de projetos culturais e museais, possui mestrado em Gestão Cultural pela Universidade EAN, na Colômbia; mestrado em Mercado de Arte e Gestão Empresarial pela Universidade Antonio de Nebrija, na Espanha; e mestrado em Artes Plásticas pela Universidade Nacional da Colômbia. Atuou como Diretora Adjunta e Diretora Encarregada do Museu Nacional da Colômbia. Trabalhou no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, na Secretaria de Cultura, Recreação e Esportes de Bogotá e em diversas instituições culturais pelo país. O seu trabalho é caracterizado pela integração entre gestão cultural, produção de conhecimento e construção de redes colaborativas entre comunidades, artistas e organizações. Interessada nas relações entre arte, memória e território, promove abordagens que reconhecem o papel dos museus e espaços culturais como cenários/ cenas de diálogo, experimentação e pensamento crítico.

Martin Corullon

Possui graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Em 2000, fundou o escritório Metro Arquitetos Associados que atua em diferentes projetos, desde instalações temporárias a intervenções urbanas. Desde 1994 colaborou frequentemente com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, com quem realizou projetos de grande porte, entre eles o Cais das Artes. Trabalhou entre os anos de 2008 e 2009 no escritório Foster+Partners, em Londres, além de ter sido eleito membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo para os anos de 2018 a 2020.

Nathalia Cunha

É psicóloga com experiência de 13 anos na Gestão de Políticas Culturais. Atualmente é diretora do Museu das Favelas, membro ativo em coletivos e fóruns relacionados a culturas populares e acessibilidade. Já ocupou cargos de destaque em diversas instituições culturais, como a Superintendência de Oficinas Culturais do Estado de São Paulo na Poiésis e a coordenação da Unidade de Fomento Cultural e Economia Criativa na Secretaria de Cultura e Economia Criativa do mesmo estado. Além disso, teve atuação relevante em comissões culturais, conselhos e pesquisas sobre acessibilidade cultural, motivada pela experiência com seu filho autista.

Nathan Braga

É artista, educador e atua como diretor pedagógico do Parque Cultural Casa do Governador. Cursa Doutorado em Artes e possui mestrado na mesma área pela UERJ, além de ser especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação pela IFRJ. Atuou na 14ª Bienal do Mercosul como coordenador editorial do Material Educativo e como supervisor educativo na 13ª Bienal e no Farol Santander POA.

Nicolas Soares

É artista, pesquisador, curador e gestor cultural, mestre pela UFES e graduado pela UFBA. Foi coordenador da Galeria Homero Massena e, atualmente, é diretor do Museu de Arte do Espírito Santo. Destaca-se em curadorias, como a implementação do parque de esculturas no Parque Cultural Casa do Governador, a curadoria da exposição Nordeste Expandido do Banco do Nordeste, Transitar o Tempo do Museu Vale e o VIII Seminário Internacional Arte!Brasileiros. Participou de diversas exposições e eventos, incluindo a Bienal Sur em Buenos Aires, e a sua última exposição individual Por uma Crise da

Imagem, na Galeria Espaço Universitário, na UFES.

Pandora da Luz

Multiartista, atua como educadora social, consultora e pesquisadora da história e cultura afro-brasileira desde 1999. É uma das principais figuras políticas do movimento hip-hop no Espírito Santo, tendo sido cofundadora da Nação Zumbi, unindo o movimento a outras frentes, como combate ao racismo, paz pelo desarmamento e direito das mulheres. Em 2005, fundou em São Paulo, A Nação Hip Hop Brasil, maior entidade de hip-hop do país, onde atua como diretora nacional desde sua fundação. Entre muitas de suas atuações, foi a primeira Gerente Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Subsecretaria de Movimentos Sociais da Casa Civil do Espírito Santo, organizou o evento mensal itinerante “Hip Hop contra fome” e idealizou e organizou o “GRAFITAIDS – HIP HOP PELA VIDA”, unindo o grafite com a conscientização e prevenção da AIDS.

Romulo Gomes

É Doutor em Administração pela UFES, diretor de Programas Sociais do Sesc Espírito Santo e atua há mais de 20 anos com Educação, Inovação Social e Transformação Organizacional. Integra o Sistema Fecomércio-ES (Sesc e Senac), onde desenvolve e lidera iniciativas de impacto nos pilares de Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura. Seu trabalho fortalece a inclusão, o acesso à cultura, à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida para milhares de capixabas e brasileiros.

Tatiana Rosa

É educadora, pesquisadora das práticas artísticas e do ensino das artes para as relações étnico-raciais. Atua como Assessora Pedagógica de Arte na Prefeitura de Serra, no ES, e no Museu de Artes do Espírito Santo.

Cursa doutorado em Educação, na linha de pesquisa “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”, na UERJ, possui mestrado em Relações Étnico-raciais pelo Cefet-RJ, especialização em “Ensino de Artes Visuais: Abordagens Metodológicas e Processos de Criação” pela UFG e em “Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola” pela UFOP, além de licenciatura em Artes Visuais pela UFES.

Xiomara Suescún

É diretora do Centro Nacional de las Artes Delia Zapata Olivella e professora de Políticas Culturais na Especialização em Gestão de Artes e Cultura, na Pontificia Universidad Javeriana de Cali, na Colômbia. Tem formação em Sociologia e Ciência Política pela Universidad Icesi (CO) e especialização em Relações Internacionais e em Escrita Criativa pela mesma Universidade. Atualmente cursa mestrado em Administração de Organizações do Setor Cultural e Criativo, na Universidade de Buenos Aires. Em seu trabalho, procura criar referências e redes de inovação, através de intercâmbio justo e da sustentabilidade cultural para a América Latina e o mundo, promovendo a dignidade e o reconhecimento do ecossistema artístico de produtores culturais e criativos.

Werllen Castro

É designer gráfico e artista visual. Atua no desenvolvimento de identidades visuais, projetos editoriais e sistemas gráficos para instituições culturais, artistas e produtores independentes, articulando estratégia e pesquisa autoral em linguagem e tecnologia. Seu trabalho investiga processos experimentais e desdobramentos da forma, explorando relações entre imagem, tipografia e estrutura.

Organização
**Secretaria de Estado da
Cultura do Espírito Santo (Secult-ES)**
Organização dos Estados
Ibero-americanos (OEI)

Autores

Alex Teixeira
Carolina Rodrigues
Carolina Ruas
Cayo Honorato
Clara Sampaio
Fredone Fone
Helder Trefzger
Isabel Portella
Isabella Baltazar
João Alegria
Jocelino Tupinikim
Kleber Frizzera
Lilian Menengucci
Marcos Vinicius Sant'Ana
Marisol Pineda
Martin Corullon
Nathalia Cunha
Nathan Braga
Nicolas Soares
Pandora da Luz
Romulo Gomes
Tatiana Rosa
Werllen Castro
Xiomara Suescún

Produção Editorial

Giulia Rodrigues
Patrícia Marys
Raquel Carriconde
Tatiana Mancebo

Revisão

Mariana Ximenes

Identidade Visual Cais das Artes

Werllen Castro

Fotografia

Felipe Amarelo
Marcela Bicalho
Marcela Sampaio

Design Editorial

Marla Rabelo

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Governador

Ricardo de Rezende Ferraço

Secretário de Estado da Cultura

Fabricio Noronha Fernandes

Subsecretária de Políticas Culturais

Carolina Ruas Palomares

Subsecretária de Fomento
e Incentivo à Cultura

Maria Thereza Bosi de Magalhães

Subsecretário de Gestão
Administrativa

Joemar Bruno F. Zagoto

Gerente de Espaços
e Articulação Cultural

Vinicius Fabio Ferreira Silva

Assessoria de Comunicação

Tati Beling

**ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS
IBERO-AMERICANOS (OEI)**

Secretário-Geral da OEI

Mariano Jabonero

Diretor-Geral de Cultura da OEI

Raphael Callou

Diretor e Chefe da Representação
da OEI no Brasil

Rodrigo Rossi

Coordenadora de Administração
e Finanças

Amira Lizarazo

Coordenadora de Cooperação
e Desenvolvimento

Telma Teixeira

Coordenadora de Comunicação

Gabriela Guedes

Gerente de Tecnologia

Fábio Ferreira Mendes

Gerente de Cultura e Direitos
Humanos

Jane Diehl

Gerente de Administração

José Dourado

Gerente de Imprensa

Leandro Bertolotti

Gerente de Compras

Luiz José da Silva

Gerente de Educação

Santiago Plata

Analista de Projetos de Cultura
e Direitos Humanos

Cristiane Vasconcelos

Consultor de Projetos

Uly Henrique Barros

COMPLEXO CULTURAL CAIS DAS ARTES

Coordenação-Geral

Alexandro Lima

Coordenação Estratégica

Tatiana Mancebo

Coordenação de Comunicação
de Equipamentos Culturais

Marcelo Henrique Andrade

Coordenação de Curadoria

Clara Sampaio

Coordenação de Educação
de Equipamentos Culturais

Patrícia Marys

Programação

Seminário Diálogo Aberto Cais das Artes

DIA 1

17 de outubro de 2025
sexta-feira

17h – 17h45 | Abertura

Renato Casagrande
Governador do Estado
do Espírito Santo

Fabricio Noronha
Secretário de Estado
da Cultura

Vitor de Angelo
Secretário de Estado
da Educação

Rodrigo Rossi
Diretor da Organização dos
Estados Ibero-americanos
Brasil (OEI-Brasil)

Raphael Callou
Diretor-Geral de Cultura da
Organização dos Estados
Ibero-americanos (OEI)

João Alegria
Secretário Geral da Fundação
Roberto Marinho

18h40 – 19h20 | Mesa Institucional Cais em Pauta: o complexo cultural

Martin Corullon
Arquiteto e urbanista brasileiro

Helder Trefzger
Maestro Titular da Orquestra
Sinfônica do Espírito Santo
(OSES)

Marcelo Campos
Curador-chefe do Museu
de Arte do Rio (MAR)

Clara Sampaio
Curadora e artista
(mediação)

16h30 – 16h50 | Intervenção Cultural
Congo Panela de Barro de Goiabeiras

20h – 20h20 | Intervenção Cultural
Grupo de Experimentação Sonora da Universidade Federal do Espírito Santo (GEXS)

DIA 2

18 de outubro de 2025
sábado

9h10 – 10h10 | Mesa Temática 1 | Território, Memória e Identidade

Horrana de Cássia
Instituto Moreira Sales

Isabella Baltazar
Escritora, produtora e curadora
(mediação)

Jocelino Tupinikim
Liderança indígena

Marcus Vinicius Sant'Ana
Historiador e Mestre em
Estudo Urbanos

10h30 – 11h30 | Mesa Temática 2 | Percursos de Pesquisa e Curadoria

Carolina Rodrigues
Historiadora da arte,
curadora e pesquisadora

Nicolas Soares
Artista, pesquisador, curador
e gestor cultural (mediação)

Marisol Pineda
Gestora Cultural

11h40 – 13h10 | Grupo de Trabalho 1 e 2 com Alex Teixeira

**14h10 – 15h10 | Mesa Temática 3 | Papel Formador dos Museus:
desafios e possibilidades**

Cayo Honorato

Professor adjunto do
Instituto de Artes da Universidade
de Brasília (UNB)

João Alegria

Secretário Geral da Fundação
Roberto Marinho

Tatiana Rosa

Referência em Projetos
de Arte Educação

Nathan Braga

Diretor Pedagógico do Parque Cultural
Casa do Governador (mediação)

15h20 – 16h20 | Mesa Temática 4 | Conexão: Cais das Artes e a cidade

Fredone Fone

Artista visual, rapper, skatista e
beatmaker

Pandora da Luz

Produtora Cultural

Kleber Frizzera

Professor aposentado de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade Federal
do Espírito Santo (UFES)

Carolina Ruas

Subsecretária de Políticas
Culturais (mediação)

**16h30 – 17h30 | Mesa Temática 5 | Governança Cultural: o Cais como espaço
de acesso e participação**

Nathalia Cunha

Diretora do Museu
das Favelas

Isabel Portella

Coordenadora e curadora da Galeria
do Lago Arte Contemporânea do
Museu da República/Ibram

Xiomara Suescún
Diretora do Centro Nacional
de Artes Della Zapata

Romulo Gomes
Diretor de Programas Sociais
do SESC Espírito Santo (mediação)

17h40 – 19h30 | Grupo de Trabalho 3, 4 e 5 com Alex Teixeira

DIA 3

**28 de novembro de 2025
sexta-feira**

**14h – 16h | Grupo de trabalho Por Dentro do Cais com professores
da Rede Pública de Ensino**

DIA 4

**29 de novembro de 2025
sexta-feira**

10h – 12h | Grupo de Trabalho Por Dentro do Cais com vizinhos do Cais





Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Pública Estadual, ES, Brasil)

D536 **Diálogo aberto: cais de todos (livro eletrônico)/ Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult-ES), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Vitória, ES: SECULT, 2026.**

237.320 kb

Livro publicado em decorrência do Seminário Diálogo Aberto Cais de Todos realizado no Cais das Artes em outubro de 2025.

ISBN: 978-65-02-16857-8

1. Política Cultural - Espírito Santo. 2. Cais das Artes (ES). 3. Cultura Capixaba. 4. Cultura - Espírito Santo - Gestão Pública. 5 Pontos de cultura - Espírito Santo. I. Título.

CDD: 306
CDU: 316.7

Elaborado pelo Bibliotecário Gabriel de Menezes Oliveira - CRB6 4044/MG

